

# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**

## SÓ NAS MÃOS DOS TRABALHADORES AS ARMAS DEFENDEM A DEMOCRACIA

Na rua, os trabalhadores mostraram a sua decisão de luta de morte contra o fascismo e o capitalismo. De mãos nuas, ou com simples matracas, em todos os pontos onde o fogo era eminente, os trabalhadores estiveram presentes. A conspiração spinolista foi esmagada, mas os trabalhadores não estão ainda armados. E se os objectivos são anticapitalistas e democráticos, só os poderemos alcançar quando o poder for nosso — não exercido em nosso nome, mas, na primeira pessoa, exercido por nós.

Não basta estarmos decididos a lutar até à morte contra o capitalismo. É necessário que a nossa luta de morte não sirva para levar ao poder nova ditadura. O perigo dessa ditadura é real e tem um nome. É o perigo do capitalismo de Estado.

O capitalismo de Estado será tal como o dos velhos patrões a nossa exploração. Para que servem as nacionalizações e a morte dos fascistas se o poder não estiver nas nossas mãos, mas nas de uma burguesia dona do Estado-patrão?

Para os trabalhadores a luta continua. Porque a alternativa não é entre capitalismo privado fascista e capitalismo de Estado policial. A alternativa é entre capitalismo, de um lado, e democracia dos trabalhadores auto-organizados do outro.

Só a nossa auto-organização pode substituir o Estado burguês e capitalista.

Só os próprios trabalhadores podem defender a sua liberdade.

2.º comunicado dos soldados e todos os militares do RAL 1

**A TODOS OS SOLDADOS E MARINHEIROS, CAMPONESES E OPERÁRIOS  
A TODOS OS MILITARES ANTIFASCISTAS E DEMOCRATAS  
A TODO O POVO.**

O criminoso atentado fascista desferido esta manhã sobre os soldados e todos os militares do RAL 1, veio demonstrar que não são os saneamentos nem as passagens à reserva que detêm os oficiais fascistas e reaccionários a soldo dos capitalistas e imperialistas, de prepararem a contra-revolução para esmagarem em sangue o movimento popular revolucionário.

**CAMARADAS,**

Enquanto os pides continuarem a ser tratados meigamente (quando não andam à solta), enquanto os partidos fascistas continuarem a existir legalmente, enquanto o Povo é alvejado a tiro em Setúbal, enquanto os soldados e todos os militares em luta contra a repressão fascista nos quartéis são presos, enquanto os partidos burgueses falsos defensores do Povo organizam carnavais, o Povo continuará debaixo da mais feroz exploração e opressão.

**Mas Camaradas,**

Os soldados são filhos do Povo. Os soldados e todos os militares antifascistas saberão sempre virar as armas contra a burguesia e contra os oficiais fascistas e reaccionários e pô-las ao lado do Povo.

**Camaradas,**

Os soldados e todos os militares do RAL 1, que até aqui têm lutado contra o fascismo e os seus encobridores, continuarão agora com mais força essa luta contra os exploradores e opressores.

Para todos os fascistas e seus encobridores exigimos o seu fuzilamento imediato sejam militares ou não, sejam generais ou não.

**MORTE AO FASCISMO!  
JUSTIÇA POPULAR!  
IMPERIALISMO FORA DE PORTUGAL!  
FUZILAMENTO IMEDIATO DE TODOS OS FASCISTAS!  
OS SOLDADOS SÃO FILHOS DO POVO!**

OS SOLDADOS E TODOS OS MILITARES DO RAL 1 BOMBARDEADOS  
PELOS FASCISTAS

ENCARNAÇÃO, 11/3/75



**APELO AOS LEITORES E VENDEDORES DA PROVÍNCIA NA PÁG. 7**

# CLÍNICA POPULAR COMUNAL — COVA DA PIEDADE

Entrevista com elementos da LUAR e da população aquando da ocupação do «Palacete» e imediatamente transformado em clínica popular comunal de parturientes e protecção à infância.

No dia 22 de Fevereiro, pelas 17.30, na Cova da Piedade, foi ocupado pela LUAR e com o apoio imediato da população local um palácio desabitado há 14 anos. O objectivo foi o de transformar em Clínica Popular Comunal de Parturientes e de Protecção à Infância. Na sequência deste movimento estão todas as séries de outras acções que se desencadearam a seguir, nomeadamente: o Ginásio Clube do Sul ocupa umas instalações desportivas pertencentes a Marinha, mas desocupadas há 2 anos; o Desportivo da Cova da Piedade decidiu não entregar os 80% da receita do jogo com outro clube, que a Federação Portuguesa de Futebol exige; no Barreiro, dia 3 de Março, é ocupada uma vivenda imediatamente destinada a Centro Popular de Saúde; na Parede, dia 5/3, um grupo de militantes da FSP ocupa um ex-hospital, pondo-o a funcionar com o nome de «Hospital do Povo»; em Ceira, dia 6, dá-se a ocupação de um palacete que a população pensa destinar a Maternidade; no dia 7, o Clube Nacional de Natación recupa as instalações de que tinha sido desalojado há 7 anos e que presentemente estavam transformadas em liceira.

Que o movimento se alastre de Norte a Sul do País!... Porém, nos últimos dias e paralelamente a estes processos, outros se têm desencadeado, através da acção de partidos. Mas desta vez com objectivos diferentes: as casas ocupadas destinam-se a sedes vistosas desses partidos. São prioridades decorrentes das respectivas estratégias.

## ENTREVISTA COM MILITANTES DA LUAR

COMB. — Como é que vos apareceu a ideia da ocupação deste palacete?

— A ideia nasceu em Agosto do ano passado. Recebi a visita de uma jovem francesa que é parteira e levei-a a visitar alguns locais da Piedade, entre eles, a piscina da Sociedade. Do terrço da Sociedade avistava-se o palacete e toda aquela «quintarola» e a moça perguntou-me: «Quem é que vive naquela casa?», ao que eu respondi: «Ali não mora ninguém, está abandonada». Ela então sugeriu: «Eh pá! fazia-se ali uma boa clínica de Parturientes e Protecção à Infância, pois é um lugar muito bom». Bem, a ideia ficou por ali e eu comecei logo a tentar convencer as pessoas que aquilo daria uma boa clínica.

Depois fizeram-se algumas reuniões de democratas, da CDE, das Câmaras para dar destino ao palacete, mas falavam sempre com um desprezo total. Pessoas responsáveis chegavam a afirmar que nem para museu aquilo servia. Depois comecei-me a aperceber que os tipos da Comissão da Câmara queriam tomar posse daquilo para fazer ali os paços do concelho. Numa reunião afirmei que isso não podia ser, «aquilo será mas é uma clínica de parturientes e protecção à infância e, os tipos, perguntaram: «Quem é que disse?» «Disse eu!» «Mas tu mandas alguma coisa?»

«Mando tanto como vocês! E venho quem é que vai mandar». E claro que no dia seguinte fomos colocar um cartaz na fachada do edifício, dizendo que seriam as futuras instalações da «Clínica Comunal de Parturientes e de Protecção à Infância».

Até este momento não havia nada combinado com o resto dos militantes da LUAR, mas a ideia já estava forjada. Comecei por apresentar a ideia aos meus camaradas, a ideia começou a avolumar-se e culminou com a ocupação.

COMB. — Qual foi o papel da LUAR nesta acção: foi de dinamização do processo, o que implica a participação activa da população da Cova da Piedade ou, se por motivos de ordem técnica — ou outros — não houve essa participação no início da acção e só se viria a verificar depois da ocupação?

— Na tomada das instalações, por razões de ordem técnica, apenas entramos elementos da LUAR. Bem, podemos começar por explicar como é que a acção decorreu.

A acção começou por ser feita por dois grupos, um dos quais tinha a missão de ir neutralizar os indivíduos que tomavam conta da quinta, um dos quais — até tínhamos a notícia — estava armado. Isto para evitar que houvesse algum problema. O outro grupo — com uma chave que já possuíamos — ia entrar nas instalações. Isto correu assim, e até muito mais fácil porque o primeiro grupo não encontrou resistência; encontrou apenas um trabalhador, que ficou um bocadinho atrapalhado, queria que telefonássemos à senhora, mas dissemos que não tivéssemos problemas e avançámos. Quando o segundo grupo entrou tinha por missão abrir imediatamente a porta principal e as janelas. Pela porta principal entrou de imediato o «grupo de inventário», para fazer a relação dos bens, ao mesmo tempo que o «grupo de agitação» começou a falar às pessoas, a explicar-lhes qual era a posição, porque é que tomavam aquilo, etc. Os outros militantes estenderam-se em cordão de segurança ao longo do palacete, pressamente para não deixarem entrar ninguém.

Al começa a colaboração da população a dois níveis: primeiro de comício onde vêm dar as suas opiniões entre eles sobre o que pensam daquilo; convidamos as pessoas e elas vinham falar a uma janela. Várias pessoas, talvez uma dezena, falavam, falaram, a dizer o que

pensavam e, entre elas, diversos militantes de vários partidos alguns dos quais em que as cúpulas são contra e eles foram lá de facto falar e defender a acção.

O segundo nível foi o da confiança no projecto: foram imediatamente receber consultas dos médicos. Mais tarde irão colaborar oferecendo-se para diversos serviços; temos pessoas de todos os níveis a oferecerem-se: médicos, enfermeiras, carpinteiros, pessoas para costurar, outras para limparem as instalações, outras trazem-nos dinheiro. Em dois dias conseguimos 18 contos entregues por populares. Esta é mais ou menos a intervenção popular que tem havido.

A nossa ideia é organizar isto só de início e depois entregar de facto à população. Vamos proceder a uma reunião geral da população e depois criar uma Comissão para que seja a população a tomar conta disto, porque a nós não nos cabe ser os papás das pessoas, são elas que têm de se organizar e ir em par a frente. E nós retiramos evidentemente.

COMB. — Como é que funciona, neste momento, a clínica?

— Funciona já com 3 médicos e alguns enfermeiros, especialmente em pediatria e as consultas são inteiramente gratuitas; temos bastantes medicamentos que são distribuídos gratuitamente; temos farinhas, leite, etc. Bem, tudo isto é oferecido pela população.

COMB. — Os médicos e enfermeiros são militantes da LUAR, ou são voluntários que aderiram à iniciativa?

— São todos voluntários.

COMB. — E, segundo sei há médicos que pertencem a outras organizações...

— Sim, há militantes de outras organizações que colaboram.

COMB. — Os medicamentos foram só ofertas da população?

— Da população e alguns médicos, mas esperamos muitos medicamentos de laboratórios de representantes de laboratórios.

COMB. — Já contactaram propagandistas médicos?

— Não contactámos ninguém no exterior da clínica, os contactos têm sido todos feitos na clínica que quer dizer que são as pessoas que aparecem.

Quanto à possibilidade de aquisição de material, pois o Subsecretário da Saúde já nos pediu as listas de material que é necessário, que já foram enviadas e agora esperamos que o material seja enviado.

COMB. — Como é que pensam remodelar e adaptar as actuais estruturas do edifício às exigências de uma clínica?

— Quanto à remodelação do edifício já temos um corpo técnico que se ofereceu voluntariamente para trabalharem no palacete. Algumas paredes estão forradas de pano o que é anti-higiénico para uma clínica. Eles terão que vir ver se é necessário fazer obras ou não; a nossa principal preocupação respecta à canalização de águas e à electrificação, pois têm que ser totalmente remodeladas.

COMB. — Em breve vai haver uma reunião entre a LUAR e a população da Cova da Piedade e será então que se irá determinar o funcionamento definitivo da clínica, será também nessa altura que terminará o papel da LUAR, mas, por certo, que têm já propostas a apresentar à população. Podem adiantar alguma coisa sobre este ponto?

— Temos uma ideia geral daquilo que vamos propor. Pensamos que a clínica continue a funcionar como clínica de pediatria, para partos, pequenas intervenções cirúrgicas ligadas a partos e assistência não só à parturiente como à infância, porque não existe nada disto aqui na zona. Esta é a ideia que vamos

propor à população, a não ser que a nível médico eles tenham outra ideia, pois têm estado em reuniões e, como já se disse, há 3 médicos a funcionar, mas há mais 18 que se ofereceram. Eles devem estar a formular as suas propostas para apresentarem à Assembleia Popular.

Convém acrescentar que nós não nos afastamos totalmente. Ficaremos sempre vigilantes contra qualquer oportunista, pois não nos podemos dar ao luxo, depois de todo este trabalho, que alguns oportunistas possam dar cabo dele.

COMB. — Além da atitude do Subsecretário da Saúde, houve alguma reacção por parte das entidades governamentais?

— Pensamos que são favoráveis. Aliás, nesta altura, não podiam ser de outro modo, porque o processo evoluiu fora do controlo de qualquer autoridade e de qualquer lei vigente e evoluiu tão rapidamente que depois de implantado ir contra a clínica era um acto anti-popular.

De maneira que restavam poucas hipóteses ao governo, ainda que pensasse o contrário, para o fazer voltar atrás. Por acaso, ou por política não voltou e ainda bem, pois de qualquer maneira a clínica iria sempre para a frente. Eles nesta altura estão dispostos a dar auxílio e espero que seja efectivo, porque por enquanto a burocracia é muito grande e o facto de se dizer que se dá auxílio, não quer dizer que não apareça 20 anos depois e temos de estar prevenidos contra uma situação desse género.

COMB. — Não consideram que um exemplo destes, uma Clínica Popular Comunal é um golpe na sociedade capitalista onde a saúde é privilégio de alguns; não consideram que pode haver todas as tentativas para acabar com estas iniciativas, mesmo a partir do Governo?

— Consideramos que é um risco que se corre. E mais: nesta altura em que se está a preparar a «Conferência Nacional de Saúde», consideramos que isto pode influenciar bastante as pessoas que participaria nessa Conferência, podemos levar para caminhos não previstos nesta altura. Aliás, a ideia desta clínica popular comunal é precisamente de dar umas machadadas fortes nas estruturas normais da medicina e começarmos a avançar num caminho totalmente novo.

COMB. — A quem pertencia o palacete?

— A casa pertencia aos herdeiros do António José Gomes, que neste momento estavam a disputar entre si o recheio da casa; roubavam-se uns aos outros. A casa está quase vazia, pois deviam ter retirado mobiliário no valor de 170 mil contos. A casa está quase vazia, mas mesmo assim, ainda cá deve haver material no valor de 30 mil contos.

COMB. — Que caminho vão dar a todo esse material?

— Esperamos uma solução talvez a nível governamental, ou mesmo a nível comarçário, mas para já, nunca será entregue aos herdeiros. Em minha opinião aquilo deve ser avaliado, deve ser vendido pelo mais alto preço para equiparmos a Clínica.

COMB. — Já houve alguma reacção por parte dos herdeiros?

— Telefonou à senhora do caseiro, a herdeira mais directa do palácio, a saber como é que estava aquilo, quem eram as pessoas, se eram pessoas más (risos) e a caseira disse que não, que as pessoas que lá estavam eram pessoas boas (gargalhadas). Entretanto a senhora começa por dizer: «Mas veja lá, eles que tenham cuidado com a electricidade porque aquilo é velho e já uma vez houve incêndio; eles que tenham cuidado porque aquilo pode arder». Entretanto há uma interferência na linha em que uma voz diz: «Se arder estão lá os bombeiros para apagar!».

COMB. — Há pouco falou-se de reacções positivas em relação à ocupação do palacete. Agora queria saber se houve reacções negativas e se as houve onde partiram?

— Por parte da população não houve reacções desfavoráveis, como já disse. Há algumas atitudes de repúdio, mas que partem das cúpulas dos partidos, mas que não são de repúdio. E estou-me a referir concretamente ao P. C. Para essas cúpulas os problemas das populações não contam; estão mais interessados em reforçar o aparelho e conquistar votos das pessoas.

Sobre as reacções favoráveis queria apontar ainda mais dois exemplos: logo na sequência destes acontecimentos o Ginásio Clube do Sul decidiu ocupar umas instalações desportivas que pertenciam a Marinha, mas que estavam desocupadas há dois anos. Talvez levado também por este clima de reivindicações e quase até insurreccional, que surgiu aqui na zona, o Desportivo da Cova da Piedade decidiu não entregar os 80% que a Federação Portuguesa de

Futebol comia aos clubes mesmo como este, um clube amador.

Ora, parece-me que isto é muito mais importante do que o próprio apoio pessoal. Esta é a maneira mais correcta e mais concreta de nos apoiar, é fazerem o mesmo.

COMB. — Está dentro dos planos da LUAR levar avante outras iniciativas do género?

Pois, concretiza que está. Não se diz quando, mas outras vão surgir. Agora foi um capitalista que foi expropriado, mas amanhã não será só um, porque as acções também são mais. Até que ponto é que o capital vai reagir, porque um palácio não é uma barraca; um palácio custa milhares de contos. Até que ponto é que eles estão dispostos a ficar sem esse dinheiro, é que eu não sei! Mas isto tem que se fazer porque falar-se de revolução é muito fácil, mas é na prática que ela se faz. E o que temos a fazer é avançar, é criar condições e avançar.

COMBATE — Esta ocupação está de acordo e é coerente com a vossa palavra-de-ordem «Criar Poder Popular».

Querem dizer mais alguma coisa?

Só uma mensagem final. O que é importante não é as pessoas fazerem lutas partidárias, andarem-se aí a bater uns aos outros, a dizer que este é mais comunista do que aquele, porque tudo isto é apenas caça ao voto. O que é importante é que as pessoas se organizem de facto e sejam elas próprias a criar os seus organismos de poder, pois se isto acontecer nós podemos entrar no socialismo. Se não acontecer podemos entrar numa burocracia, mesmo que se chame socialista, que acaba por conduzir apenas a uma maior frustração e à continuação da escravização da classe operária.

**DE UM INQUÉRITO QUE FEZEMOS A CERCA DE 30 PESSOAS, COMO TODOS FORAM UNANIMEMENTE NA APROVAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO PALACETE E PORQUE NÃO ENCONTRAMOS OPINIÕES CONTRARIAS. APRESENTAMOS AS OPINIÕES DAS 6 PRIMEIRAS PESSOAS QUE INTERROGAMOS. AS PERGUNTAS ESTÃO EVIDENTES NAS RESPOSTAS.**

— Assisti à ocupação do palácio e penso que se deve continuar com iniciativas como esta, não só para estes fins mas para tudo o que ainda nos falta, porque no tempo do fascismo, Almada passou a cidade, mas sem condições. E claro, não tínhamos uma creche, uma maternidade, enfim, falta muita coisa. Interessavam-se por fazer casas, aqui e acolá, mas nunca se interessaram pelo bem do povo.

Correia Júnior; 46 anos; electricista.

— Não assisti à ocupação mas quando tive conhecimento vim logo aqui e achei tudo muito bem. Agora estou aqui a acompanhar um neto que vem receber assistência.

Rosa da Silva; 60 anos; doméstica.

— Estava no Porto quando se processou a ocupação e tive conhecimento da ocupação através dos jornais. Apesar de não ser militante da LUAR fiquei bastante satisfeito com esta iniciativa em prol do povo e que devemos apoiar.

Só hoje tive a oportunidade de ver a sumptuosidade deste palácio e é de deveras chocante saber que por aí fora existem tantos palácios como este, enquanto a grande maioria do povo português não tem acesso, por falta de recursos económicos, à assistência médica e medicamentosa. Iniciativas destas só aos fascistas é que podem não agradar.

João Nais; 21; militar.

— Nitidos P. C. que eu conheço bem, condenam esta acção, dizendo que era espontaneísmo, aventureirismo, etc.. Não foi uma coisa nem outra, porque há já aí uns bons 6 meses que a coisa estava prevista. A LUAR pensou de facto arranjar médicos que pudessem imediatamente começar a trabalhar.

Há dias no Barreiro os P. C. tentavam tomar uma iniciativa quase igual, mas acontece que não estavam estruturados para porem a clínica imediatamente a funcionar. Os objectivos deles, quanto a mim, era fazer um género de concorrência e adquirirem adeptos porque os têm perdido a pouco e pouco, porque eles são impotentes para fazerem determinadas coisas devido à sua própria natureza em não quererem desenvolver um trabalho de base. Aqui, as coisas foram programadas há longos meses e estudadas nas bases e é por isto que apoio inteiramente esta iniciativa.

São os trabalhadores que sabem das necessidades que têm e não é um partido, mesmo que se diga dos trabalhadores, que vem dizer às massas as necessidades que têm. São os trabalhadores que têm de se organizar e quando são os trabalhadores que se levantam não há nenhum partido que os possa controlar e isto chama-se organização autónoma dos trabalhadores.

Na questão da assistência médica só com a revolução socialista é que se poderia resolver verdadeiramente estes problemas.

Francisco Luís; 28 anos; serralheiro civil.

— Estou plenamente de acordo e penso que iniciativas do género devem proliferar de norte a sul de Portugal. Mas convém lembrar que esta iniciativa — e outras — não vão resolver o problema da saúde dos operários portugueses. Mas também não são remédios nas brechas do capitalismo, pelo contrário, iniciativas destas vão abrindo brechas no capitalismo. Para mim esta acção mostra duas coisas:

1.º — Na sociedade capitalista a saúde de uns é negócio chorudo de outros, pois está na lógica do sistema de exploração em que vivemos.

2.º — É um exemplo vivo, apesar de todas as possíveis deficiências de funcionamento, de como será no campo médico a futura sociedade que todos os explorados têm de construir através de uma revolução proletária. E ao mesmo tempo, iniciativas destas poderão ser pequenos embriões da tal sociedade comunista que todos os explorados desejam.

António Manso; 38 anos; metalúrgico.

— Acho extremamente importante que existem iniciativas do ponto de vista médico, iniciativas que partam da mobilização popular, uma vez que todas as medidas que têm que vir necessariamente de cima por revolução das estruturas necessitam de um processo político geral. E antes disso é preciso que a população, as massas, tenham consciência nítida de que existem forças e de que é possível criar antes de qualquer outra etapa, criar instâncias que garantam a saúde da população que é um dos direitos fundamentais que até agora não existiam em Portugal. Penso que é isso a motivação fundamental porque eu acho muito importante que todos aqueles que de facto são trabalhadores da saúde e que acreditam na necessidade de uma revolução completa das estruturas a todos os níveis, inclusive da saúde, devam colaborar nisto.

Em princípio estou só a prestar assistência de tipo clínica médica, por conseguinte internista a nível de adultos.

Estou convencido de que todo o plano que para já existe, que é muito incipiente e que até é muito mistificador, porque o facto de se estruturar um Serviço Nacional de Saúde sem reformular toda uma estrutura de uma sociedade não tem significado e nós temos exemplos nítidos disso em países de estruturas capitalistas: na Inglaterra e nos países nórdicos onde de facto existem Serviços chamados Nacionais de Saúde, mas que continuam a funcionar como Serviços ao serviço de uma classe social determinada que é a burguesia e demagógicamente neste país estamos a atravessar uma fase grave que é convencer ou mistificar as pessoas que de facto o Serviço Nacional de Saúde é uma panaceia universal que resolverá o direito à saúde.

Não posso falar muito concretamente sobre a reacção de outros médicos em relação a esta iniciativa porque não tenho muitos dados, mas penso que as reacções têm sido muito favoráveis, pois este movimento tende a atingir já dimensões maiores, há muitas pessoas e movimentos interessados em criar instâncias deste género a todos os níveis e julgo que pelo menos, as camadas de trabalhadores da saúde mais jovens, os tipos mais progressistas estão muito interessados em colaborar nisto. O tipo socio-profissional médico é altamente reaccionário por fatalismo de composição social e por ser um lastro que vem do tempo do fascismo, sobretudo nos sectores rurais e mesmo em Lisboa. Por isto, não posso dizer que a classe médica, como grupo socio-profissional, esteja interessadíssima em iniciativas deste género, mas tenho a certeza de que todos aqueles colegas meus que de facto têm um conceito muito integrado da saúde em estruturas revolucionárias estão perfeitamente interessados em colaborar nisto.

Declarações do médico Torres Abrantes, em serviço na Clínica Popular Comunal.

# EDITORIAL

I — A luta de classes em Portugal atinge neste momento proporções que poderão bem traduzir-se em transformações acentuadas do domínio económico e político do país. Não só o número de greves e ocupações não parece tender a reduzir-se de forma sensível, como os trabalhadores não escondem, quando entram em luta, que o seu objectivo é a alteração do regime social vigente e a construção do socialismo. Trata-se, portanto, de uma situação de luta operária que raramente se tem verificado, com semelhante intensidade, nos países da Europa Ocidental aos quais estamos ligados.

No entanto, aquilo que é visado como substituição da ordem capitalista vigente não é na generalidade uma organização operária da sociedade, gerida colectivamente, a partir de organismos de base como conselho de zona, comissões de empresa, etc. O que os trabalhadores visam, identificando com «socialismo» e destruição do capitalismo, é, ao nível consciente, a nacionalização da economia e a tomada do poder político por um partido ou uma frente que ficará encarregada de governar a favor dos trabalhadores. Claro, que ao nível implícito e não conscientizado é contra a exploração, a mecanização e a venda da própria vida que os trabalhadores se batem. Podemos, pois, dizer que os objectivos expressos da luta trabalhadora são socialistas (sociedade sem classes, igualdade económica, fim da exploração), as formas através das quais esses objectivos são visados (ditadura de um partido, estatização da economia privada, inflação do aparelho de Estado) deixam intactas as raízes do mal. Na verdade, se nenhum partido pode governar em vez dos trabalhadores, mas apenas sobre eles e contra eles; se nenhum poder que não seja exercido por nós é exercido sobre nós — então, não basta trocar os patrões privados pelo Estado-patrão para assegurar o socialismo. Pelo contrário, a concentração sem ambiguidades no mesmo grupo social do poder político e repressivo e da decisão sobre a economia, poderá dar lugar a uma forma de capitalismo ainda mais insuportável e opressiva.

II — É, aliás, este capitalismo burocrático de Estado a meta não só do PCP como dos seus rivais maoístas e marxistas-leninistas. Estes apenas diferem do PCP na medida em que lhe disputam a direcção dos trabalhadores e o lugar principal na futura ditadura burocrática sobre o proletariado que preparam.

Com efeito, tanto o PCP como estes seus rivais, longe de trabalharem no sentido da abolição do Estado, da Polícia e do Capital, pretendem pelo contrário substituir-se aos actuais gestores do Estado, da Polícia e do Capital. Tentam, é certo, apresentar o seu projecto totalitário como do interesse dos trabalhadores. Tentam fazer-se aceitar como vanguarda dos trabalhadores e como seu estado-maior. Mas a emancipação do trabalho, a destruição do capitalismo, confunde-se, precisamente, com a destruição de todo e qualquer estado-maior, com o fim da distinção entre os que governam e são governados, entre os que trabalham e os que administram, planificam e distribuem, entre os que dirigem e executam.

Além disso, a influência destes partidos sobre os trabalhadores é parcialmente responsável pelo desfazimento, assinalado no ponto I, entre as aspirações socialistas da classe operária e as formas através das quais essas aspirações tentam realizar-se e se pensam a si próprias. Por isso, é necessário, desde já, que todos os trabalhadores revolucionários combatam contra a hegemonia destes partidos, contra a sua falsa perspectiva de destruição do capitalismo. É necessário que todos nós, desde já, desmascaremos as patranhas que nos querem fazer engolir não só à direita como também à esquerda. É necessário dizer claramente a todos aqueles que visam a liquidação da sociedade de classes que os seus objectivos não serão atingidos substituindo os patrões pela burocracia estatal e partidária, mas apenas pela gestão colectiva da sociedade pelos seus produtores. Não basta que o poder seja arrancado às mãos dos que actualmente o detêm — é necessário que ele venha ter às nossas mãos. Não há quem nos salve da miséria e da estupidez da vida assalariada senão formos nós próprios a fazê-lo. Há apenas aqueles que, como o PCP e os seus rivais, disputam o papel de nossos salvadores — isto é disputam, quem vai beneficiar, uma vez derrubados alguns patrões privados, da nova exploração pelo Estado. E esse Estado — é preciso também dizê-lo

será infinitamente mais policial e despótico, será infinitamente mais eficaz no seu papel de monopolista do poder capitalista, do que o Estado de qualquer democracia burguesa. Será um Estado semelhante ao Estado fascista, com polícia política, censura estatal, militarização global do trabalho — um Estado de trabalho forçado agravado, na medida em que à pressão económica de todo o capitalismo acrescerá a vigilância policial directa nas empresas, nos bairros, nas escolas, etc.

Se durante muitos anos, era uma ideia de base no movimento operário a ideia de que a capacidade para destruir a burguesia dos proprietários privados se confundia com a capacidade de construir a democracia operária, o auto-governo popular e o comunismo — sabemos hoje que não é assim. Sabemos hoje que não basta derrubarmos os patrões antigos e que ou tomamos directamente o poder em toda a parte, ou, se aceitarmos a ideia de que um partido nos pode representar e governar em nosso lugar, estaremos a criar os novos patrões e a lutar para pôr nas mãos dos carrascos futuros o chicote que cairá no nosso lombo.

## A REVOLUÇÃO FAZ-SE NA PRÁTICA

III — Contra o capitalismo, privado e/ou de Estado, apenas a auto-organização dos trabalhadores pode prevalecer. E é certo que se têm também manifestado em Portugal indícios dessa auto-organização. As comissões de trabalhadores, por exemplo, traduzem, em muitos casos, a tomada em mão pelos interessados da resolução dos seus próprios problemas — traduzem, na prática, a ideia de que a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos mesmos trabalhadores. Mas as comissões de empresa não bastam. Primeiro, porque não têm capacidade para responder a todos os problemas que se põem à classe operária, sempre que esses problemas ultrapassam o âmbito do local de trabalho. Em segundo lugar, porque se essas comissões não forem de composição rotativa, se não repousarem na convocação frequente e regular de plenários, se não funcionarem aberta e publicamente, se não forem vigiadas nas suas atribuições, não as podendo ultrapassar, pela mobilização colectiva constante se transformarão em novas direcções semelhantes às partidárias, se transformarão em novas formas de controle sobre os trabalhadores, se transformarão em empreendimentos organizados de liquidação da iniciativa operária de base.

Nesta altura, a orientação a seguir pelos trabalhadores revolucionários parece ser a seguinte: formação de núcleos de trabalhadores para a promoção de ideias de auto-organização colectiva, nos locais de trabalho, de residência, etc.; federação, com preservação da autonomia de cada núcleo, desses núcleos entre si, de modo a permitir a organização de manifestações de rua, e, principalmente de movimentos de massa que ultrapassem os muros de cada empresa. Estes núcleos devem actuar apoiando as comissões de trabalhadores efectivamente autónomas que existem e denunciando a burocratização e os assaltos partidários de que as outras são vítimas. Nos locais de residência, ou nos locais de trabalho onde ainda não existam comissões de trabalhadores, estes núcleos revolucionários devem igualmente formar-se e actuar no sentido da criação de comissões de delegados (nos locais de trabalho) e de formas de cooperativas operárias nos locais de residência (creches com encarregados rotativos, criação de centros de discussão e esclarecimento, jornais de bairro, etc.). O «Combate» encontra-se ao dispor destes núcleos com os seus reduzidos meios técnicos e humanos, (núcleos autónomos entre si e relativamente ao colectivo do «Combate», evidentemente) que se encontrem já estabelecidos ou venham a estabelecer-se. Para esse trabalho não só aceita como pede a colaboração (com ideias, discussão, meios) seja de quem for. Em breve, voltaremos a este assunto. Cabe, entretanto, aos que nos leem formar os seus núcleos, entrar em contacto com outros, servir-se das nossas páginas ou de outras para divulgar os resultados atingidos e as dificuldades encontradas. Cabe-lhes não ficarem à espera de iniciativas alheias ou da aparição milagrosa de um movimento autónomo de massas. Cabe-lhes e cabe-nos criar esse movimento revolucionário, independente dos partidos e dos sindicatos, dos patrões e do Estado. Ninguém fará por nós aquilo que nós mesmos não fizermos.

## POLÉMICA

O texto que se publica a seguir, foi-nos enviado por um elemento do colectivo do Combate, no sentido de se abrir uma discussão sobre a situação política actual em Portugal. Porque achamos que esta discussão não se deve limitar aos membros do colectivo, decidimos publicá-lo para que ela se alargue a todos os leitores.

Camaradas:

A evolução sofrida nos últimos tempos pela legislação sindical leva certos partidos maoístas a formas subitas de açambarcamento de lutas, constituindo verdadeiras organizações clandestinas no seio de organizações autónomas dos trabalhadores (entenda-se: clandestinas relativamente aos trabalhadores, e não relativamente ao meio político); isto leva-nos a ter que definir com maior rigor em que medida certas formas ou certas instituições de uma luta, aparentemente autónomas, não reflectem afinal questões decorrentes puramente do jogo político das várias organizações. Isto levar-nos-á sem dúvida a analisar

modelo de análise para a questão seguinte: em que medida os vários sectores políticos se repartem pelas opções económicas possíveis, ou julgadas possíveis, e qual a dinâmica desse xadrez económico-político?

Uma tendência que visa limitar a expansão do sector público, o qual é já muito grande em Portugal (antes do 25 de Abril, 30% do capital total estava nas mãos do Estado), reforçar o sector privado e desenvolver a economia mediante uma concorrência entre estes dois sectores, que foi defendida logo em princípios de Maio do ano passado por Miguel Quina na «tribuna livre» do Diário Popular, parece ser agora, com o desenvolvimento posterior ao 28 de Setembro, a posição de outros sectores económicos que então se mantinham silenciosos (face ao grande público, claro!) — Champalimaud, Espírito Santo. Em matéria de internacionalização do capital, esta tendência joga, evidentemente, na CEE. O sector político que a cobre com mais exactidão é o CDS, o qual aceita as nacionalizações, embora limitadas, como afirmou, demarcando-se assim dos seus congéneres europeus.

Outra tendência pretende acelerar o desenvolvimento do sector público, embora mantendo o sector privado por um lapso mais ou menos longo e, depois, integrando-o pacificamente. Esta tendência só se torna inteiramente contraditória com a anterior numa análise dinâmica, isto é, quanto ao processo de

evolução; num corte estático, podem confundir-se à visão empírica em muitos aspectos. Internacionalmente, joga também na CEE. O grupo económico que constitui a base empresarial desta opção é a CUF. A CUF constitui um caso exemplar de aproveitamento por parte de um grupo privado das nacionalizações; cf. a recente questão da Torralta e do jogo do Algarve mas, fundamentalmente, a questão da siderurgia, que assume uma importância tão grande que mereceria todo um estudo em pormenor. O PS é a melhor expressão política desta tendência, nomeadamente após a cisão do M. Serra. Mas, curiosamente, enquanto Serra se aproxima do PC e o MES faz o mesmo, os homens que romperam com o MES após o congresso inserem-se nesta segunda tendência: Jorge Sampaio apoiando o projecto jornal da CIP; Nuno Brederode (agora na adm. da Torralta) e Manuel Lucena defendendo explicitamente esta via (o que aliás nunca deixaram de fazer), etc. Este minúsculo político só espantará quem estiver ainda agarrado às classificações de «direitas» e «esquerdas» que hoje para nada servem (alguma vez serviriam?), em vez de referir as posições políticas às verdadeiras opções em jogo: capitalismo de Estado/capitalismo privado, e suas combinações múltiplas. Por outro lado, o facto de o PS constituir a melhor expressão desta tendência não significa que ele possa, sózinho, realizá-la institucionalmente no apare-

lho de Estado. A integração do PC no aparelho de Estado é uma condição indispensável à realização óptima desta tendência, como adiante indicarei. E, se o PC fosse afastado do aparelho de Estado, desenvolvendo-se a situação económica segundo esta tendência, tal desenvolvimento económico estaria, em muitos aspectos, comprometido, chegaria a impasses em muitas questões e, enfim, o desenvolvimento far-se-ia do modo mais desarmónico.

O PPD oscila entre estas duas tendências e, como partido, não deixará de se definir melhor à medida que o processo se for desenvolvendo. Quanto à forma dessa definição (cisões, remodelações, etc.), parece-me prematuro fazer profecias.

Spínola projecta representar uma coligação dos representantes políticos destas duas tendências. Mas têm os seus projectos verosimilhança prática? Se estas duas tendências são distintas na sua dinâmica, é necessário, para que uma coligação se verifique, que os perfis de cada uma delas se articulem num dado momento estático. E não está provado que isso venha a acontecer em tempo útil a Spínola. Quanto à fisionomia que o spínolismo viesse a tomar, se vitorioso, dependeria de um factor de aceleração do presidencialismo que é partido da democracia-cristã; e dependeria, acima de tudo, da base económico-social para

(Continua na pág. 2)

# F.F.H. SÓ AOS TRABALHADORES CABE EM CADA MOMENTO AJUIZAR OS PROCESSOS DE LUTA

Data da abertura política do Governo de Marcelo Caetano, a criação de um organismo de fachada (F. F. H.) que oficialmente se destinava a resolver o já grave problema habitacional das classes menos favorecidas apesar de espalhar o insurreto político, económico e burocrático a que intencionalmente estavam submetidos todos os seus trabalhadores, estes nunca dissociaram a sua posição de trabalhadores do F. F. H. da qualidade de elementos conscientes do problema mais geral da exploração capitalista também radicada na habitação.

As lutas constantemente iniciadas nunca conseguiram forças para sair do seu estado embrionário pois eram imediatamente isoladas e rapidamente abafadas.

Com o 25 de Abril torna-se possível uma maior ligação entre os trabalhadores do F. F. H. e os trabalhadores do País, cujas necessidades se manifestam nas ocupações que estão a iniciar.

Surgiu então bastante clara a consciência de que as habitações que se construam não serviam fundamentalmente os interesses dos operários que as produzem.

Paralelamente a esta situação continuou o F. F. H. a enfermar de uma estrutura viciada e inoperante.

Enquanto os trabalhadores procuravam organizar-se a direcção continuava a adiar decisões e manifestava a intenção de alcançar os objectivos do F. F. H. e os próprios problemas dos seus trabalhadores.

Em prosseguimento do inquérito relâmpago realizado no 6 de Outubro por alguns trabalhadores e retomando a vontade já expressa em muitas A. G. T. do F. F. H. nos meses anteriores, foi feita uma comissão de saneamento no F. F. H.

A Comissão de Saneamento, sempre em estreita ligação com a Assembleia Geral de Trabalhadores estabeleceu contactos com a Comissão de Saneamento e Reclasseificação do MESA e a Comissão de Extinção da ex-Pide/DGS a fim de dar curso às necessidades que o processo de saneamento ia levantando.

Foram apresentados vários casos áquelas 2 comissões que não tiveram andamento.

Por diversas vezes os trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação através da sua Comissão de Saneamento insistiram na urgência de uma sindicância a este organismo.

Foi posteriormente nomeada pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo uma Comissão de Inquérito ao Fundo de Fomento da Habitação tendo como base factos para os quais havia bem 8 meses os trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação chamavam a atenção e pediam medidas e que no inquérito relâmpago do 6 de Outubro e no trabalho de saneamento tinham sido de novo apontados.

A prévia divulgação, com cerca de um mês de antecedência pela Comissão de Reclasseificação e Saneamento do MESA da intenção de fazer um inquérito, pode ter fornecido o prazo necessário para encobrir factos e desviar provas.

Os trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação apelaram então para o apoio activo e vigilante das populações.

Paralelamente constituiu-se no F. F. H. um Grupo Pró-Sindical que conduziu o processo até à eleição da Comissão de Trabalhadores (em 6 de Fevereiro).

Em fins de Dezembro entrou em função a nova Direcção do Organismo: um dos factos mais palpáveis que levantaram a imediata dúvida quanto às intenções foi o saneamento de uma proposta

de tarefa extra a ser acumulada ao vencimento normal, em regime de horas extraordinárias pagas a 200% a alguns funcionários do F. F. H., numa altura em que grassa o desemprego.

O insurreto de um grupo de trabalhadores quanto a esta proposta, mereceu da parte do presidente ameaças e propositões, contra quem muito justamente lhe levantou o problema.

O assunto foi debatido em A. G. T. com a presença do presidente, que reafirmou a sua posição, tendo desistido das suas ameaças face a um abaixo-assinado de solidariedade subscrito por mais de 200 trabalhadores deste organismo.

Atitudes anti-democráticas, policia-mento, e comprovada incompetência alastraram o descontentamento.

Após um recente despacho superior de cancelamento temporário de promoções uma funcionária é promovida, enquanto, persistiam injustiças graves na situação do pessoal.

No dia 3 de Março grupos de trabalhadores justamente insurretos, através das Comissões de Trabalhadores e de Saneamento decidem convocar uma AGT de emergência, para informar os trabalhadores e decidir as decisões a adoptar.

Desta A. G. T. resultou como decisão o afastamento do presidente, e a suspensão do proponente da promoção.

Como garante do cumprimento destas decisões, aprovou-se a formação de piquetes de vigilância.

No dia 4, três elementos da Comissão Coordenadora do M. F. A., pediram a convocação de uma reunião, com os representantes dos trabalhadores, para se informarem da situação.

Foi convocada uma A. G. T. para o dia 5, a fim de os representantes da C. C. do M. F. A. apresentarem uma proposta aos trabalhadores, do seguinte teor:

— Levantamento imediato dos piquetes;

— Informação à imprensa de que a situação se encontrava normalizada;

— Estabelecimento de uma mesa de negociações com o presidente afastado, com a Comissão de Trabalhadores, representantes da C. C. do M. F. A. e o Conselho Directivo do F. F. H.

O amplo debate que a proposta levantou permitiu esclarecer os 3 elementos da C. C. do M. F. A. que acabou por aceitar a justeza das razões que moviam os trabalhadores, mas que não aceitava o processo seguido para o afastamento. Aceitava assim as razões dos trabalhadores, mas considerava inaceitável o processo utilizado.

Na prática os representantes da C. C. do M. F. A. não aceitavam que fossem os trabalhadores a decidir o saneamento. Foram apresentadas na Assembleia duas propostas:

A primeira é do seguinte teor:

1— Os trabalhadores do F.F.H. comprometem-se a corrigir todas as notícias já surgidas ou que venham a surgir na imprensa, que sejam incorrectas ou não correspondam ao que efectivamente se vem passando durante todo o processo da nossa luta, quer quanto aos seus objectivos, quer quanto aos seus métodos.

2— Os trabalhadores do F.F.H. consideram que os objectivos da sua luta são justos e que os piquetes continuarão até ser reconhecida oficialmente a destituição do Presidente do Fundo, Eng. Morais

Barroco e a suspensão do Arq. Alves do Sousa.

3— Os trabalhadores do F.F.H. vão elaborar os princípios gerais que orientarão a reestruturação deste Organismo, para que ele sirva efectivamente, dentro de todas as suas limitações, os interesses da população.

4— Os trabalhadores do F.F.H. através de reuniões por categorias profissionais irão definir uma política de pessoal que acabe de vez com os regimes de privilégio, permita corrigir as situações de injustiça e crie um clima de trabalho e de boas relações entre os funcionários.

5— Os trabalhadores do F.F.H. assegurarão, no decorrer de todo este processo, o normal funcionamento dos serviços.

ADENDA: Os trabalhadores do F.F.H. decidem que esta proposta seja enviada à Comissão Coordenadora do M.F.A.

A 2.ª proposta é do seguinte teor:

Os trabalhadores do F.F.H. reunidos em R.G.T. no dia 5 de Março de 1975, denunciaram: A incorrecção de um processo lançado anonimamente por um grupo de trabalhadores que, usando de demagogia e manobras divisionistas, comprometeram gravemente o funcionamento normal deste organismo por uma votação minoritária no dia 3 de Março de 1975.

Consideram como prioritário o avanço do processo de saneamento do F.F.H., para o que terá de existir uma efectiva comissão de saneamento e uma sindicância que vá aos problemas de raiz, de modo a que se não confundam problemas de pormenor com problemas de fundo.

Consideram profundamente grave que neste momento de alteração das condições normais de trabalho do F.F.H., numa altura em que foram lançados 700 000 contos de obras, e em que a indústria da construção civil poderá ser afectada por esta resolução. Denunciam tentativas de divisão entre o Povo e as Forças Armadas, apoiando activamente o M.F.A. e solicitam:

— Que a Comissão Coordenadora do M.F.A. nomeie uma comissão de inquérito para averiguar as graves irregularidades de todo este processo, no mais curto prazo; a normalização das condições de trabalho, seguida por uma efectiva averiguação de responsabilidades, quer a nível de problemas de gestão de pessoal, quer a nível de questões de saneamento. Esta averiguação deverá processar-se a todos os níveis hierárquicos, incluindo os quadros directivos do F.F.H. e a actuação de qualquer trabalhador.

Esta explicação foi aceite pelo representante do M.F.A., cuja preocupação maior segundo afirmou era a notícia que tinha, de que às 9 horas da manhã, estava prevista uma intervenção possivelmente de forças policiais, destinada a forçar o levantamento dos piquetes.

Durante a noite e até à elaboração deste comunicado, continuou-se a discussão deste processo, conforme havia sido decidido na A.G.T.

COMISSA DE TRABALHADORES E COMISSA DE SANEAMENTO

7-3-75 — 8 horas da manhã.

(1) NOTA DO «COMBATE» — A dos trabalhadores e a do M.F.A.

Foi recusada a admissão desta proposta, considerada provocatória, falsa e divisionista.

Um dos seus signatários declara expressamente perante a A.G.T. que havia levado a assinar esta proposta, desco-

sificando assumida no comunicado do Sindicato T. C. C. que vem deturpar os verdadeiros objectivos do processo em curso no FFH. Admitem, no entanto, que essa posição possa resultar de falta de informação.

Lisboa, 7 de Março de 1975.

OS TRABALHADORES DO FFH

## AOS PORTUGUESES QUE LUTAM PELA EXTENSÃO DAS LIBERDADES



do desenhador cubano Val

(Texto enviado às seguintes personalidades: Presidente da República, Primeiro Ministro, Membros do Conselho de Estado e Membros do Conselho de Ministros).

A mudança de regime político efectuada em Portugal em 25 de Abril teve, entre outras consequências, a promulgação de uma amnistia dos delitos de deserção ou recusa de incorporação militar, por força do Decreto-Lei n.º 180/74, de 2 de Maio de 1974.

— Considerando que a actual orientação da política portuguesa confirma de maneira inequívoca o bem fundado da opção voluntária tomada por milhares de indivíduos de não colaboração com a política colonialista seguida pelo regime anterior;

— Considerando que esses actos — conjuntamente com a luta dos movimentos de libertação das colónias e da resistência anti-fascista em Portugal — constituíram um serviço importante prestado à causa da democracia e da liberdade que acelerou a queda dum regime opressor;

— Considerando que, ao tempo, a mudança política efectuada era absolutamente imprevisível, e que esses actos foram assumidos como opção política definitiva acarretando a ruptura, com o meio social de origem, com consequências de toda a índole — psicológicas, materiais, culturais, etc. — na difícil adaptação a um meio desconhecido;

— Considerando, enfim, que o Decreto-Lei n.º 180/74, de 2 de Maio de 1974 estabelece — para os amnistados — obrigatoriedade do cumprimento do serviço militar, para os refractários, e a conclusão do mesmo serviço, para os desertores;

— Nós — desertores e refractários das F. A. Portuguesas antes do 25 de Abril — conscientes de exprimir o sentimento de milhares de outros indivíduos nas mesmas condições, pensamos que aquela determinação representa uma segunda prestação que nos aparece como injusta.

Queremos, para uma maior extensão das liberdades adquiridas e para que não fiquem marginalizados muitos cidadãos que desejariam eventualmente regressar a Portugal, a concessão de uma amnistia total, deixando em regime de voluntariado o ingresso nas fileiras, e com passagem à disponibilidade dos restantes.

JM GRUPO DE ESDERTORES E REFRACTARIOS NO ESTRANGEIRO

Fevereiro de 1975

LISTA DAS PESSOAS QUE APOIARAM ESTA PETIÇÃO

Daniel Guerin, escritor; Jean-Marie Domenach, revista «Esprits»; Jorge Veludo; Simone de Beauvoir, revista «Les Temps Modernes»; Vasco Esteves; Ursula Vian, comediante; D'DEE, pintor; Christian Casadus, homem de teatro; May Picquery, jornal «Le Refractaire»; Gabriel Mace, jornalista; Moisan, desenhador caricaturista; J. Lapi, des. caricaturista; Andreu, cantor; H. Gongand, artista; Philippe Gomplowick; Jacky Brafman, externa dos hospitais de Paris; Moustaky, cantor; Gilbert Glasman, professor; Eyal Jungman G. Rouge; GAEL, músico; André Delcambre, ORTF; Larguer; O. Levy, estudante; Liliane Levy, estudante; Nadia Stepanoff, contra-mestre; Claude Jadellot, empregado no comércio; Marie Louise Schaub, educadora; Annie Herberg, hospedeira; J. Berna, desenhador de projectos; J. Viennet, presidente da Associação Francesa Contra a Pena de Morte; Pastrana, arquitecto; Jean-Paul Sartre, escritor; Therese Collet, professora, União Pacifista; Renée Marchand, Cidadão do Mundo; A. Vincent, médico; Joel Luguern, carteiro; Brigitte Marchand, estudante; Danielle Lapons, agente técnica; Miguel; Manuel Rodriguez; operário; Amable Marcellan; Bardou, professor Rafael Salira, Claveu, Dayan e Bory, professores; Brito, empregado bancário; Carlos Baretto, permanente sindical da CFDT; Xavier Lesergant, permanente sindical, CFDT; Francisco Robles, poeta; Evaristo Bages, cortador; Rui Lop, poeta; Valentim Montané, operário; Juan Colomer; Nuria Montane (Ana Joven), operária; Luis Robla; Roberto Paetz; Joaquim; Roger Laher, professor, UFF; Rene Allaint, secretária; Jeanne Collet, professora; R. Rageau, UFF; Chantal Palliot, secretária; Gerard Yvon, estudante; Marcelle Roques; Lucienne Seignur, professora; G. Lapons, operário; George Hallier, operário; Dimitri, professor; Marcellin, impressor; João Freire, ex-desertor; João Quintela, sociólogo; Luís Duarte, documentalista; J. Malhol, funcionário; Maria Santos Sérgio, biologista; F. Medeiros, professor; Pedro de Sousa, pintor; Raul Verissimo, desenhador; Maria da Graça de Oliveira, educadora; Teresa Bonine; Magda de Avelar Pinheiro; Mário Pires, mecanógrafo; Maria Clara B. Vieira; Vasco Pires, intérprete, e mais alguns indecifráveis.

## ESCLARECIMENTO DOS TRABALHADORES DO F. F. H. AO SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE LISBOA

Em relação ao comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa, publicado no dia 7-3-75, os trabalhadores do FFH julgam indispensável esclarecer que no decorrer da sua justa luta pelo saneamento e reestruturação do organismo salientaram sempre que, tal como foi aprovado em A. G. T. e como consta do 1.º comunicado de 3-3-75 compro-

metaram-se «A ASSEGURAR O COMPLETO FUNCIONAMENTO deste organismo, pois que o produto do seu trabalho é de interesse imediato e urgente para toda a população necessitada de habitação». Considerando que o saneamento constitui condição prioritária para o bom funcionamento do FFH no sentido de levar a cabo as tarefas que lhe competem, estranham a po-

sição assumida no comunicado do Sindicato T. C. C. que vem deturpar os verdadeiros objectivos do processo em curso no FFH. Admitem, no entanto, que essa posição possa resultar de falta de informação.

Lisboa, 7 de Março de 1975.

## ÚLTIMA HORA: CONTRA A DECISÃO DA A. G. DOS TRABALHADORES, A POLÍCIA EXPULSA OS PIQUETES E O GOVERNO ABRE UMA SINDICANCIA QUE INCLUIRÁ OS ACTOS DA COM. DE TRABALHADORES.

Ver dossier, pág. 6

## S. C. C. UM MÊS DE LUTA: CONTRA OS BOATOS REACCIONÁRIOS OS TRABALHADORES MANTÊM A EMPRESA EM FUNCIONAMENTO NORMAL

### COMUNICADO 20

Decorrido um mês de luta, os trabalhadores da SCC mantêm-se firmes na prossecução dos seus objectivos, apesar de todas as manobras e provocações dos capitalistas e seus lacaios, que mais não pretendem do que dividir os trabalhadores para melhor os dominar.

A todas estas manobras da entidade patronal os trabalhadores têm respondido conscientemente, desmascarando as provocações dos capitalistas da SCC, e defendendo firmemente as suas posições.

Depois da recusa sistemática em dar cumprimento aos compromissos assumidos perante os trabalhadores no plenário da fábrica de Vialonga em 31 de Janeiro, a administração tenta mais uma vez exercer pressão sobre os trabalhadores: protela decisões fundamentais de gestão, sob pretexto de que para tal necessita entrar nas instalações da SCC, mas desde que sejam retomadas as normais condições de trabalho (leia-se desde que os trabalhadores levantem o controle e vigilância...).

Até ao início da sua luta os trabalhadores da SCC afirmaram a sua posição de não pretenderem participar em qualquer tipo de gestão, mas assegurando sempre o normal funcionamento da empresa.

De acordo com esta posição foi permitida a entrada a dois administradores nas instalações da empresa para que dessem despacho aos assuntos que habitualmente carecem da intervenção da administração.

Durante dois dias tudo decorreu normalmente, após o que a administração se recusou a vir dar despacho nas condições estabelecidas pelos trabalhadores.

Após o plenário de 8 de Fevereiro, talvez pressionada pelo pedido de nacionalização por parte dos trabalhadores e ao ser acusada de sabotagem económica, a administração recomeçou a exercer parte das suas funções, mas desta vez fora das instalações da SCC, em «local neutro» (na Sede de uma associada!).

A administração ao recusar-se a assumir as suas responsabilidades fundamentais de gestão da empresa, sob pretexto de não querer ser vigiada, mais não pretende do que imputar aos trabalhadores responsabilidades que eles não têm e que são, como sempre foram, da administração da SCC, detentora do capital!

Para os trabalhadores da SCC os objectivos principais da sua luta são: a moralização dos esquemas de remunerações com uma forte machadada nas profun-

Lisboa, 4 de Março de 1975.

Unidade na luta contra a exploração capitalista!

As Comissões de Trabalhadores de Vialonga, Sede e Trindade.

Lisboa, 4 de Março de 1975.



desenhador francês Philippe

### COMUNICADO 22

Foi apresentada às Comissões de Trabalhadores, Sede e Vialonga, pela Junta de Salvação Nacional através da Comissão de Inquérito oficial, uma proposta no sentido de encontrar uma solução para a continuação da gestão da empresa.

Essa proposta prevê a formação de uma Administração provisória (enquanto durar o inquérito) formada por representantes dos acionistas e elementos de confiança dos trabalhadores (mas não trabalhadores).

Essa proposta prevê a formação de uma Administração provisória (enquanto durar o inquérito) formada por representantes dos acionistas e elementos de confiança dos trabalhadores (mas não trabalhadores).

Porque os trabalhadores da SCC estão conscientes de que a gestão já empresa tem que ser completamente assegurada, o que a não acontecer pode pôr em perigo a situação de milhares de trabalhadores, no plenário de 1 de Março de 1975, decidiram que:

1. A Administração deverá dar poderes a dois administradores a quem é permitida a entrada na empresa até uma decisão da Junta de Salvação Nacional sobre a necessidade de intervenção do Estado na gestão da empresa.

2. Os trabalhadores exigem da Administração que apresente o seu relatório sobre a gestão de 1974.

3. Exigem ainda que a Administração proceda a todos os actos de gestão (e não apenas alguns), sendo da total responsabilidade da Administração todas as consequências para a empresa do adiamento de quaisquer actos indispensáveis de gestão.

4. As respostas a estes pontos deverão ser dadas pela Administração até à próxima quinta-feira, dia 6 de Março, por escrito, e dirigidas às Comissões de Trabalhadores; sem estas respostas os Administradores ficarão automaticamente saneados.

5. Após as conclusões dos trabalhos da Comissão de Inquérito, os trabalhadores decidirão em plenário de toda a empresa se existem razões para exigir o saneamento de administradores.

Os trabalhadores da SCC solidarizam-se com todos os trabalhadores portugueses em luta contra o capitalismo nacional e internacional, que num período de crise económica do capital como o que se atravessa, utiliza todas as armas ao seu alcance para dividir a classe trabalhadora, e faz-lá pagar, uma vez mais, o preço dessa crise!

Lisboa, 4 de Março de 1975.

Unidade na luta contra a exploração capitalista!

As Comissões de Trabalhadores de Vialonga, Sede e Trindade.

Lisboa, 4 de Março de 1975.

De um grupo de trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto que publicamos seguidamente:

Os trabalhadores da Função Pública, que ao longo de todo o tempo do fascismo se habituaram a subordinar-se às hierarquias e a serem colaboradores, conscientes ou inconscientes do regime, estão a ser neste momento disputados pelos Partidos, quaisquer deles a quererem controlar o seu processo de organização pré-sindical.

As manobras de cúpula destes partidos, através do Grupo Coordenador auto-eleito, levaram à aprovação de uma proposta de Organização Sindical que nada tem a ver com os trabalhadores, pois considera como órgão soberano dessa organização a Assembleia de Delegados do Ministro da Comissão Coordenadora, conseguiu vencer a proposta da DGTT, aprovada em Assembleia de Delegados onde as Delegações têm direito a 1 voto, quer se trate de 1 Direcção-Geral com 7000 trabalhadores (caso da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos), quer se trate da Escola Primária da Amadora ou do Gabinete do Ministro da Coordenação Inter-Territorial (com cerca de uma dezena de trabalhadores).

Assim se confirma como é que propostas e projectos que não defendem os interesses dos trabalhadores conseguem ser aprovadas.

GRUPO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Lisboa, 4 de Março de 1975.

De um grupo de trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto que publicamos seguidamente:

Os trabalhadores da Função Pública, que ao longo de todo o tempo do fascismo se habituaram a subordinar-se às hierarquias e a serem colaboradores, conscientes ou inconscientes do regime, estão a ser neste momento disputados pelos Partidos, quaisquer deles a quererem controlar o seu processo de organização pré-sindical.

As manobras de cúpula destes partidos, através do Grupo Coordenador auto-eleito, levaram à aprovação de uma proposta de Organização Sindical que nada tem a ver com os trabalhadores, pois considera como órgão soberano dessa organização a Assembleia de Delegados do Ministro da Coordenação Inter-Territorial (com cerca de uma dezena de trabalhadores).

Assim se confirma como é que propostas e projectos que não defendem os interesses dos trabalhadores conseguem ser aprovadas.

GRUPO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Lisboa, 4 de Março de 1975.

De um grupo de trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto que publicamos seguidamente:

Os trabalhadores da Função Pública, que ao longo de todo o tempo do fascismo se habituaram a subordinar-se às hierarquias e a serem colaboradores, conscientes ou inconscientes do regime, estão a ser neste momento disputados pelos Partidos, quaisquer deles a quererem controlar o seu processo de organização pré-sindical.

As manobras de cúpula destes partidos, através do Grupo Coordenador auto-eleito, levaram à aprovação de uma proposta de Organização Sindical que nada tem a ver com os trabalhadores, pois considera como órgão soberano dessa organização a Assembleia de Delegados do Ministro da Coordenação Inter-Territorial (com cerca de uma dezena de trabalhadores).

Assim se confirma como é que propostas e projectos que não defendem os interesses dos trabalhadores conseguem ser aprovadas.

GRUPO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Admite-se ainda a hipótese da presença de trabalhadores eleitos no Conselho Fiscal.

Esta proposta foi já apresentada à Administração, que ficou de dar resposta até 5 de Março, às 12 horas.

Para discutir esta proposta as Comissões de Trabalhadores reunirão no dia 5 de Março, às 15 horas, após o que sairá novo comunicado.

Lisboa, 4 de Março de 1975.

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES DE VIALONGA, SEDE E TRINDADE

ter a confiança do B. E. S. C. L.), e três representantes da Junta de Salvação Nacional.

Os trabalhadores reservam-se o direito de vetar qualquer nome.

2) Um Conselho Fiscal com três representantes eleitos pelos trabalhadores e que fiscalizem permanentemente os actos de gestão, de acordo com a lei.

3) Um órgão de controle e fiscalização paralelo nomeado pela Junta de Salvação Nacional.

(B) Estas decisões devem ser aprovadas em plenário de todos os trabalhadores da empresa representados nesta data pelas comissões que assinam este documento.

(C) A Administração provisória compromete-se a fazer cumprir o caderno reivindicativo na sua totalidade.

Lisboa, 6 de Março de 1975.

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES DE VIALONGA, SEDE, TRINDADE, COIMBRA E PORTO.

## OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA LUTAM PARA NÃO SEREM MANIPULADOS COMO O FORAM NO FASCISMO

## OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA LUTAM PARA NÃO SEREM MANIPULADOS COMO O FORAM NO FASCISMO

De um grupo de trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto que publicamos seguidamente:

Os trabalhadores da Função Pública, que ao longo de todo o tempo do fascismo se habituaram a subordinar-se às hierarquias e a serem colaboradores, conscientes ou inconscientes do regime, estão a ser neste momento disputados pelos Partidos, quaisquer deles a quererem controlar o seu processo de organização pré-sindical.

As manobras de cúpula destes partidos, através do Grupo Coordenador auto-eleito, levaram à aprovação de uma proposta de Organização Sindical que nada tem a ver com os trabalhadores, pois considera como órgão soberano dessa organização a Assembleia de Delegados do Ministro da Coordenação Inter-Territorial (com cerca de uma dezena de trabalhadores).

Assim se confirma como é que propostas e projectos que não defendem os interesses dos trabalhadores conseguem ser aprovadas.

GRUPO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Lisboa, 4 de Março de 1975.

De um grupo de trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto que publicamos seguidamente:

Os trabalhadores da Função Pública, que ao longo de todo o tempo do fascismo se habituaram a subordinar-se às hierarquias e a serem colaboradores, conscientes ou inconscientes do regime, estão a ser neste momento disputados pelos Partidos, quaisquer deles a quererem controlar o seu processo de organização pré-sindical.

As manobras de cúpula destes partidos, através do Grupo Coordenador auto-eleito, levaram à aprovação de uma proposta de Organização Sindical que nada tem a ver com os trabalhadores, pois considera como órgão soberano dessa organização a Assembleia de Delegados do Ministro da Coordenação Inter-Territorial (com cerca de uma dezena de trabalhadores).

Assim se confirma como é que propostas e projectos que não defendem os interesses dos trabalhadores conseguem ser aprovadas.

GRUPO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

# TAP

# COMUNICADO DOS TRABALHADORES À POPULAÇÃO

# F.F.H. PARA DO

Os trabalhadores dos TAP tendo consciência que:

a) A difamação de que foram alvo e à qual continuam sujeitos, colocou a população portuguesa fora da verdade, através duma informação intencionalmente deformada, da justa luta que vem sendo desenvolvida desde 1970.

b) As suas justas reivindicações têm sido deturpadas, boicotadas e adliadas por tempo indeterminado.

c) Só a verdade lhes interessa como processo de luta contra a classe dominante que, ao contrário, utiliza os seus órgãos (informativos, governamentais e partidários) para lançar as maiores mentiras sobre os trabalhadores de forma a que estes lutem «forzadamente» entre si.

d) Já não nos é possível manter mais conversas com «surdos» acerca de toda a situação caótica que reina nos TAP, às dificuldades económicas dos trabalhadores, ao justo saneamento e à conclusão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

Decidiram em Plenários Gerais de 03/03/75 e 04/03/75 informar concretamente todos os trabalhadores do país sobre as formas de luta que são obrigadas a adoptar por considerarem esgotados todos os outros meios utilizados até à data.

## PORQUÊ ESTA DECISÃO:

### JULHO/AGOSTO DE 1970

A luta dos trabalhadores dos TAP já vem de 1970, altura em que foi negociado nas suas costas o ACT que trouxe chorudos aumentos para os trabalhadores mais privilegiados.

### JULHO DE 1973

Por reivindicarem o direito de reunião e encurtamento do leque salarial existente, sofreram os Trabalhadores TAP uma das mais duras repressões das muitas que a classe trabalhadora tem sido vítima neste país, (invasão das instalações e locais de trabalho pela polícia de choque com agressões, tiros e feridos graves).

Esta data representa um marco histórico na luta dos trabalhadores, pois ao não arredarem pé e entrando em greve, fizeram com que as forças repressivas se retraiassem.

### MAIO/SETEMBRO DE 1974

Após o 25 de Abril os trabalhadores TAP expulsaram a Administração fascista.

Foi nomeada uma Comissão Administrativa pelos trabalhadores e pela Junta de Salvação Nacional.

A acção desta Comissão Administrativa foi boicotada pela Banca e pelo Governo. Mais tarde os próprios trabalhadores reconheceram não ser possível na sociedade capitalista a prática de auto-gestão.

Face ao exposto e às paralizações na negociação do ACT, surge o caderno reivindicativo dos Operários da Manutenção, que expressamente reivindicava:

- a) Saneamento
- b) Congelamento de salários acima de 16 000\$000 de acordo com a seguinte fórmula 16 000 \$00 — Vencimento Base.

c) Apuramento dos responsáveis criminosos pelos acontecimentos de Julho de 1973

d) Redução para 40 horas no horário de trabalho dos sectores que ainda praticavam 44 horas.

Expirado o prazo para satisfação das reivindicações exigidas, a repressão volta às instalações TAP nas formas seguintes:

- a) Mobilização (Militar) dos trabalhadores
- b) Ocupação Militar com todo o aparato bélico

c) Coacções com armas apontadas aos trabalhadores

d) Prisão de trabalhadores e afastamento compulsivo dos locais de trabalho

e) Suspensões e despedimentos de cerca de 200 trabalhadores que se opunham às próprias armas

f) Passividade e complicitade das Direcções Sindicais neste processo

g) Mentiras por parte de certos elementos do Governo (como Sanches Osório ex-ministro, Joaquim Ferreira de Lima secretário de Estado e Eugénio Rosa, Técnico do Ministério de Trabalho

h) Grandes calúnias por parte da imprensa e de certos partidos que dizem estar ao lado dos trabalhadores.

### MARÇO/1975 SITUACÃO ACTUAL

Após 8 meses de negociação do ACT e esgotadas todas as possibilidades de acordo para a sua conclusão, nada mais resta aos trabalhadores dos TAP senão avançar para formas superiores de luta com vista a:

- a) Saneamento
- b) Apuramento dos responsáveis de Julho/73
- c) Eliminação das horas extraordinárias
- d) Fiscalização de actos de sabotagem económica
- e) Levantamento das sanções militaplicadas a trabalhadores
- f) Não permitir despedimentos
- g) Reivindicações salariais com base na fórmula atrás referida

Dentro desta linha de esclarecimento aos trabalhadores e população em geral, resta-nos dizer, as formas de luta aprovadas nos Plenários Gerais com o fim de evitar informações mentirosas e outros métodos utilizados para boicotarem as nossas justas reivindicações:

a) Exigência do dia 10/3/75 exclusivo para conclusão do ACT;

b) Exigência de uma mesa redonda na RTP.

No caso de não se cumprir a alínea a) os trabalhadores porão em prática o seguinte:

- 1 — Plenário Geral às 15 horas do dia 10/3/75 onde será decidido a manifestação a efectuar;
- 2 — Paralisação com concentração no dia 11/3/75 das 10 horas às 12 horas junto do edifício da administração,
- 3 — No dia 12/3/75 será efectuada nova paralisação das 9 às 13 h.;
- 4 — Se na 4.ª feira 12/3/75 não houver evolução favorável entrar-se-á em Greve Geral a partir das 00.01 m de 5.ª feira 13/3/75.

Nota: à medida que a luta avançar manteremos devidamente informada toda a população com vista a evitar deturpações e calúnias.

### OS TRABALHADORES TAP COMISSÃO DE REDACÇÃO

1. No dia 4 de Março, às 14 e 30, o Sr. Tenente-coronel Alvarez comunica à Comissão de Trabalhadores do F. F. H. que 3 elementos da Comissão Coordenadora do M. F. A. pretendiam reunir com a referida comissão às 16 e 30.

A Comissão de Trabalhadores, dada a natureza dos problemas que neste momento se levantam no F. F. H., achou, após o acordo da Comissão de Saneamento, que esta devia participar na reunião convocada pelos 3 elementos da Comissão Coordenadora do M. F. A..

A Comissão de Trabalhadores considerou que a reunião das 16 e 30 poria certamente questões que exigiriam decisão por parte da Assembleia Geral de Trabalhadores; por isso decidiu comunicar por meio de cartazes afixados em todos os andares, que a partir de então a A. G. T. estaria em funcionamento permanente, e seria convocada sempre que o processo o exigisse.

2. Cerca das 17 horas iniciou-se a reunião com os 3 elementos da C. C. do M. F. A., a C. T. e a C. S.

Os elementos do M. F. A. transmi-

tiram às duas Comissões presentes o grande interesse da Comissão Coordenadora do M. F. A. no que se estava a passar no F. F. H., dado que esta situação podia ter repercussões políticas a nível do país. Isto porque se trata do afastamento das funções civis de um elemento das Forças Armadas, por decisão de civis (os trabalhadores do F. F. H.).

Vinham pois esclarecer-se sobre o processo em curso no F. F. H.

3. Ambas as comissões passaram a expor os factos que tinham determinado as propostas aprovadas em Assembleia Geral de Trabalhadores do Fundo de Fomento no dia 3, e como decorreu o processo.

Esclareceram que a iniciativa se devia a grupos de trabalhadores que se dirigiram à Comissão de Trabalhadores solicitando a convocação urgente de uma A. G. T., e fundamentavam o seu pedido de A. G. T. baseados no documento tornado público no início da referida A. G. T.

Passaram as duas comissões a expor factos comprovativos de atitudes anti-

### Rectificação

A luta dos trabalhadores do F.F.H.

PARA EVITAR DETURPAÇÕES SOLICITAMOS QUE SEJA PUBLICADA NA ÍNTEGRA O SEGUINTE COMUNICADO À IMPRENSA:

1. — Da notícia sobre a situação no Fundo de Fomento da Habitação publicada no dia 4 de Março nos órgãos da informação, nomeadamente em «A Capital», poderia deprender-se que o afastamento do Presidente do F.F.H., Eng. Morais Barroco, estava ligado a quaisquer actos de corrupção, o que não é verdade.

2. — Realizamos que as razões que levaram ao afastamento do Eng. Morais Barroco, foram:

1.ª — Atitudes anti-democráticas e causadoras de divisões entre os trabalhadores, nomeadamente:

- a) Ameaças a trabalhadores que denunciaram situações de privilégio no Fundo de Fomento de Habitação, a par de intimidações directas e indirectas;
- b) Não aceitação da actividade da Comissão de Trabalhadores, concretamente a petição de alegação;
- c) Admissão de funcionários de forma arbitrária, embora por necessidade de trabalho;
- d) A promoção de uma funcionária, acusando nitido favoritismo por parte do Arg. Alves de Sousa,

quando todas as promoções se encontram suspensas até à estruturação do novo quadro orgânico do Fundo, por decisão da Direcção.

2.ª — A prática sistemática de erros e lacunas quanto ao problema da Habitação, nomeadamente quanto à reestruturação do F.F.H. em ordem ao invés assiste-se diariamente à estabelecimento de programas de acção interna que encetem a resolução desse mesmo problema de forma a poder avaliar-se se o trabalho efectuado e a respectiva serve os interesses do Povo; ao incompreensão da função de determinados serviços (exemplo o S.A.A.L.), do seu objectivo, sendo usual a protelação das soluções urgentes.

3.ª — A existência de um piquete permanente deve-se a uma deliberação da A.G.T. com o objectivo de impedir a entrada do ex-presidente destituído e do Arg. Alves de Sousa suspenso, por aquela A.G.T. O piquete manter-se-á até à ratificação oficial destas decisões dos Trabalhadores.

4.ª — O FUNCIONAMENTO DO F.F.H. PROCESSO-NORMALMENTE. Paralelamente os Trabalhadores, procuram definir uma política de pessoal e propor soluções para a reestruturação do organismo de modo a colocá-lo o mais possível ao serviço das populações.

### A COMISSÃO DE TRABALHADORES

# OS TRABALHADORES DA RÁDIO RENASCENÇA interromperam a greve em solidariedade com os camaradas do R. C. P. ções (Porto Alto) estiveram ocupadas pelos militares fascistas

## Declaração de greve

Considerando que desde Setembro de 1974 o Conselho de Gerência da Rádio Renascença, Lda., se manteve irreductível nas posições assumidas recusando todas as tentativas de solução, através do diálogo, do conflito que provocou com o despedimento de vários trabalhadores.

Atendendo ao facto de se terem gorado, igualmente, as tentativas feitas junto do Conselho de Gerência pelo delegado do Ministério do Trabalho;

Recordando que na reunião convocada para a Casa de Retiros de São Mamede em 11 de Janeiro de 1975, não foi aceite a posição dos trabalhadores contida num documento subscrito pela quase totalidade dos profissionais de Radiodifusão, de Emissores e Estúdios de Lisboa e Porto;

Recordando ainda que (apesar duma vontade expressa dos trabalhadores, aceite pelo Conselho de Gerência, quanto a uma informação urgente no que se refere à posição referida no parágrafo anterior) até ao dia 4 de Fevereiro, o Conselho de Gerência não se manifestou quanto à situação da Estação com evidente prejuízo para os trabalhadores, o público ouvinte e a Igreja Católica;

Os trabalhadores de Rádio Renascença, Lda., dos Estúdios e Emissores de Lisboa e Porto, reunidos em Assembleia Geral no dia 4 de Fevereiro de 1975, demonstrando uma vez mais a sua intenção de resolver pelo diálogo o conflito existente, decidem:

Exigir ao Conselho de Gerência a abertura de negociações no prazo máximo de cinco dias a contar da data da entrega desta declaração, condicionada à satisfação dos seguintes pontos prévios:

a) anulação dos despedimentos decididos desde Setembro de 1974;

b) reconhecimento das Comissões Coordenadoras dos Trabalhadores eleitas em Assembleia Geral, como únicas e legítimas representantes dos trabalhadores.

2. — As negociações terão como base uma proposta do Conselho de Gerência e as Bases Orgânicas aprovadas pelos trabalhadores.

3. — As negociações devem estar terminadas obrigatoriamente no prazo de quinze dias a contar da data do seu início.

4. — Se o Conselho de Gerência recusar o diálogo nos termos aqui propostos, os trabalhadores da actividade radiofónica de Lisboa e Porto da R. R., Lda., entrarão em greve dentro do prazo legal.

Lisboa, às 23 horas do dia 4 de Fevereiro de 1975.

## A HISTÓRIA DA GREVE

Em relação à greve actualmente em curso dos trabalhadores da Rádio Renascença é necessário historiar os anteriores conflitos com o conselho de gerência daquela estação, no sentido de uma maior clarificação e posição política da mesma, representante ali do poder eclesiástico.

Em Maio do ano passado, face à exigência dos trabalhadores no que diz respeito ao saneamento da então actual administração, o Episcopado limitou-se a nomear os seus substitutos sem ver desse modo afectado o seu poder de controlo sobre aquele meio de comunicação social. E é assim que mais tarde ele consegue (sem qualquer resposta massiva da parte do resto dos trabalhadores da R. R.) acabar com o programa «Limites» (tal como agora fez para com o programa «Página 3»).

Por outro lado, em Julho do mesmo ano, a assembleia geral dos trabalha-

res vota o despedimento de 4 noticiaristas, admitindo mais tarde 6 em sua substituição.

Quando em Agosto de 74, decorrido mais de um mês do regime experimental, lhes é sugerida a realização de testes psicotécnicos (exigidos pela primeira vez num órgão de comunicação social) eles são globalmente recusados pelos estagiários e demais trabalhadores efectivos, o que dá origem ao seu despedimento.

Apesar disso e desde Setembro, embora que na condição de despedidos, continuaram a desempenhar as suas funções, sendo apoiados pelo seu sindicato. Desde Setembro, portanto, que este conflito se arrasta, tendo-se mantido inalterável da posição do conselho de gerência.

É só em Fevereiro que os trabalhadores da R. R. entram em greve, preenchendo para isso todos os requisitos legais.

Logo no início, a gerência fez salientar a natureza ideológica deste conflito, ao contrário da opinião dos trabalhadores, que o consideravam um conflito de trabalho.

De facto, ele foi e sempre será de natureza ideológica e política enquanto a R. R. for controlada pela Igreja.

Assim o demonstra o fim dos dois programas mais «perigosos» daquela estação e o facto dos despedimentos recaírem sempre sobre trabalhadores directamente ligados à informação: noticiaristas.

Relembramos aqui, em apoio a esta nossa opinião, a manifestação realizada pelo C. D. S. e P. D. C. frente ao Patriarcado contra a greve dos trabalhadores da R. R., a recolha de assinaturas à saída das igrejas, para entrega ao primeiro ministro expressando a mesma posição.

Assim, verificamos facilmente que o C. de G. da R. R. não é uma simples instituição patronal; ela tem por detrás de si todo um apoio político e partidário com bastante peso, neste momento, que faz com que o conflito R. R. - C. G. alastre para conflito Igreja - Estado, de tal modo que o problema está já ao nível das altas instâncias governamentais e eclesiásticas.

Transcrevemos a seguir, a declaração do Major Sanches Osório, secretário-geral do P. D. C. ao «Il Popolo», órgão da democracia cristã italiana:

«A liberdade de opinião não existe hoje em Portugal, onde se manifesta pelo contrário, uma difusa e activa censura de base.»

# UM DOSSIER PROCESSO

-democráticas, manobras de intimidação, irregularidades na admissão e promoção de pessoal, bem como na atribuição e remuneração de tarefas, por parte do presidente do F. F. H., e ainda factos que comprovam a notória incompetência e irresponsabilidade na forma como o presidente se tem ocupado das funções que lhe competem na direcção deste organismo.

Em resposta à pergunta dos 3 elementos da C. C. do M. F. A., «porque adoptaram os trabalhadores do F. F. H. este processo de luta e não tentaram apresentar a situação existente no F. F. H. a instâncias superiores?».

As Comissões re. cr. ram:

— A experiência dos trabalhadores do F. F. H. desde o 25 de Abril, tanto no que se refere às propostas feitas por grupos dentro do organismo para a sua reestruturação (definição de uma política habitacional, aspectos de política de admissão de pessoal, etc.), como no que se refere ao saneamento, revelaram a inoperância dos processos então adoptados.

— Deram vários exemplos de processos em que os trabalhadores recorreram à Comissão de Coordenação e Reforma do F. F. H., à Comissão de Saneamento e Reclassificação do M. E. S. A., à Presidência e ao Conselho Directivo do F. F. H., fazendo uso de exposições escritas e abaixo assinados, sem qualquer resultado.

— As Comissões lembraram aos elementos da C. C. do M. F. A. que só aos trabalhadores cabe julgar qual o processo a adoptar em cada momento, e quais as medidas a tomar. Aliás, foram sempre estes os princípios definidos e aplicados pelos trabalhadores do F. F. H. nos saneamentos feitos neste organismo.

— Em relação à falta de informação e dúvidas expressas pelos 3 elementos da C. C. do M. F. A. quanto à existência do processo geral de saneamento no Fundo, as Comissões disseram que o actual processo se enquadra no prosseguimento de todas as acções que imediatamente após o 25 de Abril foram desencadeadas em A. G. T. s do F. F. H. e que levaram inclusivamente ao afastamento de directores de serviço.

Após o 28 de Setembro, com a eleição da Comissão de Saneamento prosseguir de forma mais organizada os processos em curso, tendo nomeadamente sido pedida uma sindicância.

Foram em seguida dados diversos esclarecimentos relativos ao período pós-25 de Abril acerca da actividade do F. F. H., tendo sido referidos exemplos (Conselho Directivo, Presidência, tarefas, pessoal).

# cujas instala-

Segundo Sanches Osório, os jornais concedem enorme relevo «às mensagens de solidariedade com os trabalhadores da R. R. ao passo que silenciam as mensagens das autoridades eclesiásticas».

Ora, essas autoridades eclesiásticas são bem conhecidas de todos nós; seriamente comprometidas com o regime fascista (caso do Dr. Sezviando Rosa denunciado há alguns dias como membro da Lesião Portuguesa) não querendo ver perdidos os seus privilégios, veem como única solução aliar-se aos partidos políticos que defendem os mesmos interesses de classe, sob a capa da cristandade.

O interesse da Igreja em possuir um meio de comunicação social, é de facto um interesse político, pois ele é fundamental para a divulgação da sua ideologia.

É neste contexto, que se compreende a grande solidariedade prestada pela classe trabalhadora deste país e pelos comunicados de apoio das organizações políticas da chamada extrema-esquerda, conscientes da influência retardadora e negativa que a Igreja pode ter no avanço da consciência de classe que se pretende para o proletariado a fim de se efectuar a sua emancipação.

# POLÉMICA! DISCUTE COM OS TEUS CAMARADAS E ENVIA-NOS A VOSSA OPINIÃO.

(Continuação da pág. 3)

esse presidencialismo: continuação das elevadas taxas de desemprego e de inflação, e inexistência ou atraso da organização dessas camadas de desempregados e de pequenos consumidores, quer organização autónoma (via revolucionária), quer organização enquadrada pelo PC (na via da terceira tendência económica que adiante apontarei). É só no desenvolvimento de um presidencialismo spionista que teria um lugar político a «extrema-direita» clássica (partido do progresso e grupos declaradamente fascistas); em qualquer das outras hipóteses, as vias políticas estão-lhes vedadas. Daí, o papel puramente secundário por eles representado hoje.

Antes de prosseguir, cabe fazer duas observações:

— Quanto ao facto de ambas as tendências circularem na órbita da CEE: a CEE não desenvolveu ainda um forma institucional-económica única, como o COMECON, por exemplo, e agrupa países em que o sector público é muito extenso e em grande desenvolvimento (França), países em que o sector privado é muito forte e goza de apreciável autonomia, mas que possui empresas públicas de importância europeia considerável (Itália, em que o IRI é o terceiro grupo industrial da Europa ocidental), países em que só agora se inicia, a nível legal, uma extensão considerável do sector público (GB), e países em que o sector público é muito atrofiado se comparado com a importância e a autonomia do sector privado (RFA). Por isso, qualquer das duas hipóteses acima pode apontar a vi da CEE, embora represente tendências de desenvolvimento económico contraditórias sob o ponto de vista da sua dinâmica última.

— Para a compreensão de ambas as tendências descritas, mas especialmente da última, cabe apontar o seguinte: o sector público pode ter um grande desenvolvimento ao mesmo tempo que o capital privado se acresce quantitativamente. É o que se tem passado com o IRI em Itália, por exemplo (que, lembro, data de 1933, portanto do fascismo); o IRI trabalha essencialmente movimentando capitais privados, e raramente recorre a empréstimos do Estado; isto significa a manutenção de uma camada de capitalistas privados bastante importante, mas subordinada, real e formalmente, aos gestores de Estado, podendo esses gestores ser recrutados em grande parte entre os monopolistas privados. Será uma via semelhante epe, em principio, a nova lei industrial dos trabalhistas procura desenvolver na GB.

Uma terceira tendência consiste no desenvolvimento acelerado da estandardização da economia em todos os grandes sectores, mantendo-se somente, durante algum tempo, pequenos e médios capitalistas, que posteriormente viriam a ser estandardizados mediante a expansão das cooperativas de produtores. Esta tendência, pela reorganização económico-institucional a que essa expansão do sector público levaria, deixa de encontrar lugar na CEE. Para se desenvolver, esta tendência precisa de proceder a uma expansão industrial acelerada, nomeadamente de certas indústrias de base (em detrimento de indústrias de bens de consumo) e precisa, por isso, de circular na órbita de um imperialismo que não atravessa uma crise. É este o raciocínio que Murteira, com a equipa da CDE, faz contra o PS, contra os tecnocratas da CUF e contra Melo Antunes (Murteira afirma claramente que a questão é: temos sempre de estar dominados por um imperialismo; tudo está em saber qual dos imperialismos nos permitirá maior expansão económica). Esta tendência considera que o desenvolvimento do sector estadal da economia é que poderia salvar o capitalismo e que esse desenvolvimento não é possível na órbita da CEE, que está em recessão e, portanto, diminuindo as importações, e só é possível na órbita do capital russo, que está em expansão. Há, pois, dois motivos, articulados, para que esta tendência jogue mais no COMECON do que na CEE: por um lado, em virtude da crise que a CEE atravessa; por outro lado, porque defende uma expansão tal do sector estadal que obrigaria a grandes reconversões do aparelho de Estado, aproximando-o do modelo das «democracias populares», e tornando-o pois institucionalmente contraditório com os vários modelos possíveis no seio da CEE, cujo leque, atrás referido, não abarca a estandardização integral da economia.

Esta tendência é defendida politicamente pelo PC (e CDE) e pela maioria das altas esferas do MFA (o que é mais uma demonstração de que todo o desenvolvimento do capitalismo de Estado só se pode processar através de uma militarização do aparelho de Estado).

Pode haver muita coisa de errado nesta esquematização e há, de certeza, grandes lacunas, a maior das quais é a inexplicação da repartição dos grupos capitalistas pelas várias opções económicas, que me limito a constatar empiricamente, sem compreender as causas, que residirão certamente na estrutura do capital em cada um desses grupos. Mas talvez valha a pena tentar extrair desta síntese algumas conclusões:

Como disse atrás, o facto de um dado sector político poder representar, hoje, uma destas tendências de desenvolvimento económico, não significa que possa realizá-la sózinha. Muitas pessoas tendem a fazer esta confusão, por isso insisto neste ponto.

Assim, a primeira tendência conduziria Portugal a uma democracia do tipo «occidental», com o PC dominando a organização do trabalho e os outros partidos dominando a organização do capital, sem qualquer instituição coordenadora destes dois grandes reinos. Deste duplo poder simultâneo resultaria uma instabilidade política constante (o exemplo que se me afigura mais próximo deste modelo é o da Itália actual).

A segunda tendência é, no fundo, a que vem apontando há alguns meses como a mais possível em editoriais do jornal: desenvolvimento do capitalismo de Estado com a integração pacífica dos capitalistas privados. Escuso, por isso, de me alongar sobre ela. Daria, nos seus resultados, algo semelhante ao «terceiro mundo»: o PC e os socialistas controlando juntos tanto a organização do trabalho como a do capital, militarização do executivo, administração civil estável. A África fornece alguns bons exemplos deste modelo, a América Latina outros, já não falo da Birmânia mas posso referir a China como o país que me parece realizar melhor este modelo. A realização desta tendência implicaria grandes alterações quanto ao perfil das actuais organizações políticas mas, apesar de tudo, seria a tendência mais próxima da dinâmica existente neste momento na sociedade portuguesa. Por isso me parece a mais provável.

A terceira tendência faria de Portugal uma nova Cuba, embora sem açúcar e com mulheres menos bonitas. Daria o que Champalimaud chamou, com humor e agudeza, e descontentando ao mesmo tempo gregos e troianos, isto é, pró-russos e pró-chineses, a «salhanização» do país. Nunca passaria, no entanto, por um processo pacífico (cf. aliás, as declarações de figuras militares sobre a «segunda revolução»). Parece-me a menos provável desde já (aliás, se as reacções calmas dos EUA significam alguma coisa é o facto de a URSS lhes ter dado garantias...). Se essa «segunda revolução» se verificasse, teríamos então todos os grupos maoistas, trotskistas e de difícil definição (LUAR, PRP) como os mais activos lutadores por esta estandardização integral da economia e viveiro dos futuros heróis desse capitalismo de Estado.

Não deixa de ser curioso verificar o seguinte: o PS é uma força indispensável em qualquer destas três tendências, embora dominante na segunda, secundária na primeira e de somenos importância na última. Além do que, mudaria evidentemente de forma e características consoante a tendência de desenvolvimento que se prosseguir. Mas é importante, para um ponto de vista teórico, que três opções contraditórias possam servir-se de uma mesma instituição como veículo de realização. Isto é esclarecedor não só da simultaneidade das possibilidades políticas afirmadas por uma mesma organização, mas do modo como o PS em particular aumenta essa simultaneidade da oferta política.

De tudo isto, uma coisa fica clara: não há ninguém, hoje, que se oponha a que o sector estadal da economia tenha um lugar de grande importância. Quando todas as discussões têm, afinal, como objectivo a ordem de grandeza dessa importância, mas aparecendo ela sempre como o axioma fundamental, não é visível que foi o capitalismo de Estado quem desde já triunfou em Portugal? Podemos discutir o modo operandi desta vitória, e tal é o intuito destas notas. Mas a vitória — essa — é indiscutível.

# CAMARADA: A NOSSA SOBREVIVÊNCIA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal «Combate» é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta. É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mas, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.

O «Combate», que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o «Combate» tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

## LEITORES E VENDEDORES NA PROVÍNCIA

*A necessidade de comprimir as despesas do jornal, obriga-nos a abandonar a distribuição comercial na província.*

**APELAMOS AOS NOSSOS VENDEDORES PARA QUE NOS FAÇAM DIRECTAMENTE OS SEUS PEDIDOS.**

**APELAMOS A TODOS OS NOSSOS LEITORES QUE SE TORNEM ASSINANTES.**

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º \_\_\_\_\_  
1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00;  
apoio (anual) — 200\$00

Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio.

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$ \_\_\_\_\_

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

**COMBATE**  
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D.  
LISBOA - 4

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

# MANIFESTO DOS OPERÁRIOS DA SOUSA ABREU EM AUTOGESTÃO HÁ 6 MESES

Aos camaradas têxteis, à classe operária e a todos os explorados

## 10 ANOS DE SUPEREXPLO- RAÇÃO CAPITALISTA

A SOUSABREU é uma fábrica do ramo têxtil, situada em Guimarães, tendo sido como dono único o capitalista Abreu. A fábrica é velha e com péssimas condições de trabalho (humida, fria, disciplina dura). A exploração era opressiva: ritmos e horários de trabalho excessivos (48 horas em 5 dias desde 1964); os salários de fome (cerca de 800-900 em 1964 até cerca de 1500-1700 escudos em Setembro de 74). A base desta superexploração o Abreu montou em cerca de 10 anos uma fábrica nova, completamente moderna, em Moreira de Cónegos, no valor de vários milhares de contos. Depois fez toda uma série de manobras para nos levar à falência: empregados, matéria-prima, certas reparações da fábrica nova, tudo era pago pela SOUSABREU; as máquinas mais modernas e as viaturas também foram levadas para lá; e muitas outras coisas. ENFIM, NÃO ADMIRA QUE COM TUDO ISTO O ABREU DISSSESSE QUE A FÁBRICA JÁ NÃO DAVA «LUCRO» E QUE, PORTANTO, TINHA QUE A FECHAR!

## A NOSSA LUTA

A 11 de Setembro o Abreu informou-nos que a fábrica ia fechar nesse dia por falência e que, portanto, estávamos todos despedidos e não pagava sequer as indemnizações nem as diferenças de salários em atraso (ele nunca pagou o SMN). Nesse mesmo dia, de facto, apareceu na fábrica com a polícia para nos pôr fora, mas nós, com o apoio de camaradas de outras fábricas, CORREMO-LOS PASSANDO A OCUPAR A FÁBRICA DIA E NOITE, DIAS DEPOIS ELEGEMOS EM ASSEMBLEIA GERAL UMA COMISSÃO OPERÁRIA E RESOLVEMOS COMEÇAR A PRODUZIR.

Ao princípio tivemos dificuldades de toda a espécie: desde o Abreu que nos tentou incendiar a fábrica, os clientes que se foram todos para a fábrica nova até aos boatos e calúnias que caíram sobre nós. Mesmo entre nós os problemas surgiram e todos os que estavam no lado do patrão foram-se embora. Camaradas de outras fábricas solidarizaram-se conosco recolhendo fundos (cerca de 35 contos). Também houve um único fornecedor que nunca nos recusou vender algodão (todos os outros se recusaram tentando boicotar a luta).

## O QUE É A «JUSTIÇA» CAPITALISTA

A 4 de Dezembro realizou-se uma reunião de credores da SOUSABREU, a que fomos impedidos de assistir, onde eles decidiram decretar a falência. Nesse mesmo dia o administrador de falências do tribunal veio cá para fechar e selar a fábrica. UMA VEZ MAIS NÃO DEIXAMOS FECHAR A FÁBRICA. Dias depois nova tentativa: desta vez o administrador de falência trouxe com ele a polícia. MAS CONTRA A NOSSA FIRMEZA E UNIÃO NADA PODE O TRIBUNAL E A POLÍCIA E CONTINUAMOS A TRABALHAR. É ASSIM A «JUSTIÇA» CAPITALISTA: TODOS OS DIREITOS PARA OS CAPITALISTAS, NENHUM DIREITO PARA OS TRABALHADORES! Quando eram os interesses dos operários que estavam em causa (na falência fraudulenta) o tribunal até hoje (e já lá vai cinco meses) não fez a mais pequena coisa para os defender. Quando estiveram em causa os interesses dos credores (capitalistas) — na falência decretada na reunião de credores — o tribunal LOGO NO MESMO DIA TOMOU MEDIDAS para defender esses interesses. E o tribunal tem provas que a nossa falência foi fraudulenta. E NADA FAZ. Após estes acontecimentos surge a solução: a direcção do Sindicato faz um acordo com o tribunal e os credores para que durante três meses pudessemos trabalhar e AO FIM DESSE TEMPO A FÁBRICA SERÁ LEILOADA.

## O PAPEL DO SINDICATO

Nós achamos que o Sindicato dos Têxteis sempre nos apoiou, embora o tenha feito mais em palavras que em obras. Desde mesmo antes da ocupação, quando o Abreu andava a tirar as máquinas, o Sindicato foi avisado e nada fez. Também a campanha de solidariedade não teve a sua participação nem fez muita divulgação da luta. Nos momentos de afluência só aparecia depois de nós termos resolvido os problemas. Passam-se meses sem ninguém do Sindicato vir mesmo que a gente os chame. Mesmo as AGs não são divulgadas cá na fábrica. Não é assim que o Sindicato deve trabalhar. As decisões sobre a nossa luta tem de ser tomadas por nós e cumpridas pelo Sindicato. Não pode ser o Sindicato a mandar nas lutas.

## QUE GANHAMOS COM A NOSSA LUTA

Em primeiro lugar NÃO FOMOS PARA O DESEMPREGO. Não nos fomos juntar aos 200 000 desempregados que há. E o desemprego eram mais 30 famílias sem dinheiro para viver durante muitos meses. SE OS CAPITALISTAS (E O GOVERNO) NÃO CONSEGUEM (não querem) RESOLVER OS NOSSOS PROBLEMAS ENTÃO VAMOS NÓS, OPERÁRIOS, UNIDOS E ORGANIZADOS SOMOS UMA FORÇA QUE NINGUÉM PODE VENCER.

Também com a nossa luta mostrámos que o Abreu fez uma falência fraudulenta. Nós provámos que a fábrica pode produzir. Quando ocupámos a fábrica havia 7 teares a trabalhar — hoje há 25; o salário era de cerca de 1500-1700 esc. — hoje é de 3300\$00 PARA TODOS.

Também aprendemos que os PATRÕES NÃO SEREM PARA NADA a não ser para nos explorar e ficar com o produto do nosso trabalho. Hoje dentro da fábrica as coisas são diferentes. Todos trabalhamos para nós. Todos nos sentimos mais à vontade. Isto não quer dizer que não temos problemas. MAS SE FORMOS TODOS A RESOLVER NÃO HÁ PROBLEMA QUE NÃO SE RESOLVA. APRENDEMOS QUE SÓ A UNIÃO É QUE FAZ A NOSSA FORÇA.

Também aprendemos que a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários: para além da contribuição de operários de várias fábricas no início hoje temos postos de venda das nossas toalhas no Porto (Massarelos, Miragaia, Sé, Madalena, Padrão e em vários locais de trabalho), em Vale de Cambra e Coimbra: E SABEMOS QUE SE NÃO FOSSE ESTA SOLIDARIEDADE A NOSSA LUTA TALVEZ JÁ TIVESSE ACABADO, SO COM A SOLIDARIEDADE DE TODOS OS TRABALHADORES PODEMOS LEVAR A NOSSA LUTA ATÉ AO FIM.

TAMBÉM APRENDEMOS QUE TODAS AS LUTAS DOS EXPLORADOS SÃO A NOSSA LUTA.

## CAMARADAS!

Sabemos que muito ganhamos e aprendemos com a nossa luta. E NADA PERDEMOS. Também sabemos que para continuar a produzir a nossa luta tem de ser constante. E que não vai durar sempre. A autogestão é um perigo demasiado grande para todos os patrões (e capitalistas) para que estes a deixem continuar. ELA É UM EXEMPLO IMPORTANTE PARA TODOS OS CAMARADAS QUE EM OUTRAS FÁBRICAS SE VEJAM NA MESMA SITUAÇÃO QUE NÓS.

SÓ UNIDOS, ORGANIZADOS E SOLIDÁRIOS COM TODOS OS TRABALHADORES É QUE VENCEREMOS A NOSSA LUTA. CRIEMOS POSTOS DE VENDA DAS TOALHAS DA SOUSABREU. CONTRA OS DESPEDITAMENTOS. ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

A CLASSE OPERÁRIA VENCERÁ. Os operários da SOUSABREU Guimarães, 4 de Fevereiro de 1974.

# A LUTA CONTRA O CAPITALISMO TEM DE SER INTERNACIONALISTA!

## — CARTA ABERTA DE CAMARADAS ESPANHÓIS AOS TRABALHADORES DA SEAT

Lemos com atenção a carta que endereçaram no dia 11 de Novembro ao delegado provincial do trabalho; deram a conhecê-la à opinião pública através da Imprensa e foi largamente difundida entre os trabalhadores, ou pelo menos um de vocês o fez. Os vossos argumentos foram bem recebidos pela opinião pública, que os considera bastante razoáveis, ao mesmo tempo que nos deixaram perplexos, e que surpreenderam muitos trabalha-



dores. O objectivo do vosso texto é demonstrar que a crise mundial do capitalismo, não afecta gravemente a vossa empresa; vocês reclamam, por consequência, o pleno emprego e um acordo com melhoramentos substanciais. Mas nós estamos nessa crise e começamos a ser milhares de trabalhadores de outras empresas a experimentar os seus efeitos. Pela vossa carta, parece que isso não é problema para vocês. Em vez de lançarem um apelo ao resto da classe trabalhadora, reclamando solidariedade e organização de todos para afrontar um sistema económico e social que, não satisfeito por nos explorar, nos maneja a seu belo-prazer, a vossa preocupação é a de convencer o delegado do trabalho e a opinião pública, que a direcção da Seat não é razoável para convosco e não sabe avaliar correctamente a rentabilidade da vossa empresa.

Vocês justificam o vosso protesto, apoiando-vos em estatísticas que demonstram que a empresa não tem que lastimar-se; os lucros aumentam de ano para ano, tal como a rentabilidade de cada trabalhador, e queixam-se de que os vossos salários não tenham aumentado ao mesmo ritmo. Como é possível que vocês, trabalhadores assalariados, utilizem argumentos deste tipo, que são idênticos aos que, o capital se serve para vos explorar, dominar e manter perpetuamente na condição de classe trabalhadora, de mercadoria que compram através dum salário, que utilizam e arruinam segundo o grau dos seus interesses? Esta situação não é já a própria indigna? Será que vocês aceitam que seja a rentabilidade capitalista que mova as empresas e toda a sociedade e que, quando diminuírem os lucros, se vos fale de crise e vos mande para o diabo? Que dirão vocês quando a direcção da Seat vos demonstrar que os lucros diminuíam e que vocês de xaram de ser rentáveis para a empresa?

Continuam a argumentar que é inconcebível que a Seat pretenda reduzir a produção, quando, analisados os factos que tiveram lugar na FASA — RENAULT e AUTHI, fica uma nova parte do mercado que a SEAT poderia cobrir. Esta afirmação é característica de qualquer pessoa que ocupasse um lugar na administração da empresa, vocês assimilaram perfeitamente o critério capitalista do mercado e a concorrência entre as empresas, fazendo notar, logicamente, à SEAT, que é inconcebível não aproveitar a ocasião.

É uma sorte os trabalhadores de FASA-RENAULT e AUTHI, estarem tão longe, não? Porque, no fundo, a crise pela qual vocês não querem

ser atingidos, é assim atirada por vocês para cima de outros sectores da classe operária.

Demosttram nisso grande sentido de responsabilidade comercial, cívica e patriótica quando denunciaram as manobras que os capitalistas da FIAT empregam contra a «vossa» empresa. É um detalhe que terá ido direito ao coração do capitalismo espanhol. Ora, para defender os interesses do seu capitalismo nacional, as classes trabalhadora francesa e alemã afrontaram-se até à morte durante duas guerras mundiais. Como podem constatar, o sentido patriótico de solidariedade com o seu próprio capitalismo pode levar muito longe, pode mesmo levar-nos até ao Sahara.

Vocês denunciam o governo e o Estado (mas quem é o Estado?) por causa dos favores que a empresa «yanke» e «multinacional» FORD usufrui junto deles. Estão preocupados com a repercussão que isso possa ter sobre o vosso trabalho e os vossos meios tornando-os responsáveis pelo que possa acontecer à SEAT. Vejamos: a companhia Ford instalou-se utilizando os mesmos métodos na maior parte dos países democráticos ocidentais. Isto mostra que o problema que vocês levantam não é um simples problema de governo. Foi o capitalismo espanhol que fez cálculos e chegou à conclusão que a presença da Ford era rentável.

Enquanto o governo, este ou outro — democrático, por exemplo — aceitar o funcionamento capitalista, porque recusá-la? Porque isso é submeter-se ao imperialismo? O nosso capitalismo nacional não é ele próprio imperialista, nos países árabes e em toda a parte onde se consegue implantar? O capital é sempre imperialista e os problemas que temos residem aí.

Por outro lado, partilhámos apenas em parte a vossa preocupação em manter o pleno emprego. Apoiamos-nos na medida das nossas forças na vossa luta para defender os vossos interesses imediatos — expostos no fim da plataforma reivindicativa para o acordo onde vocês os reafir-

mam — e para impedir qualquer despedimento. A vossa luta, embora a quiséssemos limitar à vossa empresa, é a luta de todos. Mas duvidamos que a melhor maneira de atacar o capital e a vossa condição de classe operária seja reclamar o pleno emprego. O objectivo da nossa classe não é o trabalho, mas sim o tempo livre. Não nascemos para trabalhadores assalariados, são eles que fazem de nós uma classe social destinada exclusivamente a trabalhar, a consumir e a reivindicar. Toda a sua estratégia consiste em domesticar-nos pouco a pouco, para fazer de nós trabalhadores úteis ao capital.

A maneira de pensar que nos inculcam e toda a propaganda que fazem para nos criar necessidades respondem a um só objectivo: trabalhar, fazer horas extraordinárias se necessário e produzir, mesmo que sejam coisas inúteis. E isto é tão verdadeiro que muitos de nós não sabem que fazer dos seus tempos livres e consideram-nos como tempos perdidos. O maior perigo para o capital é precisamente que nós consigamos tempos livres e os saibamos utilizar... Foi esta estratégia que fez considerar muito rentável a entrada da Ford: milhares de assalariados passaram a sua vida a trabalhar aí e outros milhares de trabalhadores trabalharão mais horas para poderem comprar um Ford por bom preço. Sabemos bem que o capital se alimenta única e exclusivamente do trabalho assalariado.

Finalmente, vocês queixam-se de que seja o júri e não a organização sindical a defender os vossos interesses. Mas há alguma coisa de anormal nisso? Ninguém tem serviço de vigilância e controle para apoiar o inimigo.

Camaradas da SEAT, estamos desolados por vos escrevermos esta carta de crítica, tendo em conta o que vocês representam na classe operária, a vossa capacidade de luta que tantas vezes, e ainda hoje, vocês têm demonstrado e que nos próprios não estamos muitas vezes em condições de lutar nas nossas empresas, porque vocês fazem parte da vanguarda da nossa classe. Mas é precisamente por isto que nos pareceu mais grave a maneira de abordar as questões que se manifesta na vossa carta e que pensamos ser urgente esclarecer. Preocupação nossa pergunta: estará esta posição tão espalhada na classe operária?

Dissémos no início que a vossa carta nos espantou e nos deixou perplexos. Não excluimos a hipótese dela não ter sido escrita por vocês e que o vosso nome tenha sido utilizado por outros, com a melhor ou a pior das intenções. Neste caso é para estes que vai a nossa crítica, mas a carta estava assinada por vós e, até agora, ninguém, que saibamos, se desolidarizou dela. É por isso a vocês que nos dirigimos.

Novembro de 1974.

Trabalhadores da zona de Pueblo Nuevo

Comunicado de todos os soldados, sargentos e oficiais do RAL I.

Camaradas soldados, operários e camponeses, o ataque que o RAL I hoje sofreu demonstra a todos que os fascistas que até aqui têm sido tratados com panos quentes continuam vivos e activos à espera da primeira oportunidade para esmagarem a classe operária.

Porquê um ataque ao RAL I? Porque os soldados do RAL I sabem bem que os seus inimigos são os capitalistas e fascistas que nos têm oprimido e cada vez que vão para a rua sabem que só têm um papel a desempenhar, quer os generais gostem ou não: DEFENDER OS OPERÁRIOS E COMBATER TODOS OS REACCIONÁRIOS.

Por isso o RAL I e todos aqueles que defendem o povo têm as espingardas fascistas apontadas sobre si.

Mas isso, camaradas, não nos atemoriza. Nós os militares do RAL I con-

tamos convosco e mais uma vez vos garantimos que estamos ao vosso lado.

Para aqueles que vieram semear sangue entre nós só nos resta exigir o seu

## FUZILAMENTO IMEDIATO

CAMARADAS, O POVO ARMADO JAMAIS SERÁ VENCIDO.

ORGANIZEMO-NOS E ESMAGUEMOS TODOS OS FASCISTAS.

MORTE AO FASCISMO. MORTE AO CAPITALISMO.

FUZILAMENTO JA.

JUSTIÇA POPULAR.

Os militares do RAL I vítimas hoje do atentado fascista.

RAL I, 11-3-75.

SOLDADOS REVOLUCIONÁRIOS AO LADO DO POVO CONTRA O FASCISMO